

OS FASCISTAS
TINHAM MEDO DO POVO
Reportagem na pág. 6

POVO

CORREIO do



ELEIÇÕES

SÍMBOLOS



DOS PARTIDOS CANDIDATOS



PORTUGUÊS:

Todos queremos uma vida melhor e mais justa para nós e, principalmente, para os nossos filhos.

Tens agora, Português, uma oportunidade, a primeira oportunidade verdadeiramente livre, para usares uma das armas de que o Povo dispõe — o VOTO.

Votar é escolher um partido político, aquele partido que em tua consciência, Português, possa servir com honestidade, não só os teus interesses mas principalmente os interesses da maioria dos portugueses e garanta, a todos nós, a justiça social que desejamos.

Para poderes fazer uma escolha consciente, tens de conhecer os partidos políticos, os seus programas; tens de ouvir, de falar, de dialogar, enfim, tens de te politizar para, depois, poderes ajuizar, em perfeita consciência, qual o Partido Político que deves escolher.

PORTUGUÊS,

Votar num Partido Político é uma responsabilidade a que ninguém, verdadeiramente honrado e consciente, se pode furtar, pois do voto de cada um depende o futuro de todos nós.

**VOTO
UMA ARMA
DO POVO**

Carta de um jovem trabalhador do campo de 19 anos

Nasci e vivo na aldeia de Carvalho de Rei separada do concelho por cerca de 9,5 km. Não me atrevo a descrevê-la, porque tenho medo de por mais que diga tudo fique sem dizer. O único meio de informação escrito, a que teve acesso, foi esta revista *Correio do Povo*. Por esta já imaginam toda a vida do povo, deste sertão bem português, que se espalha por largas clareiras a todo o tamanho «deste jardim à beira mar plantado». Carvalho de Rei é um segundo *Vale da Torre*.

Longos anos vieram trazer a Carvalho de Rei e outros lugares deste país o analfabetismo e a emigração.

Carvalho de Rei é um autêntico museu primitivo, sem que com isto, ofenda os meus conterrâneos. Isto é verdade, somos autênticas tribos que vivemos com o intuito de trabalhar para comer já que as sobras não dão para pagar os gastos da mercearia. Comércio está amortizado. Não pensem que exagero mas se duvidam venham ver como se vive em Carvalho de Rei e depois julguem-me.

Já nem falo em luz eléctrica. E sobre isto informo que Carvalho de Rei é uma das poucas freguesias do País que poupa mais energia, a ponto de não gastar nenhuma. Não acham que é de louvar tal sacrifício? Mas nós até gostávamos de poder gastar alguma. A culpa será da Câmara local? Os postes já cá estão, mas estão deitados no solo. E o resto? Carvalho de Rei orgulha-se pelo Serviço da Câmara, a ponto de eu confessar que talvez ela ignore que existe uma freguesia chamada Carvalho de Rei e que pertence ao concelho de Amarante.

Já estamos «fartos» de adorar a lua, as estrelas e as trevas. Se não somos, queremos ser gente civilizada.

Quanto à assistência médica não tenho medo de dizer que é nula. Praticamente ordinariamente os tratamentos de produtos de plantas...

Dizia o meu avô que já assim era no tempo do avô do meu avô. Quando a morte bate à porta ou o caso é gravíssimo, então sim vai-se ao médico à vila. Quem vai ao médico gasta 200\$00 no

táxi, somem-lhe a consulta do médico que deve ultrapassar os 200\$00 mais os centos de escudos que vão para os medicamentos e aí está um indivíduo condenado a serviços forçados para poder pagar a despesa. E o que lhe custou anos e anos a juntar lá se vai no espaço de uma hora.

A alimentação é uma das partes mais graves. O alimento é mais do que deficiente. Não exagero se lhes disser que o caldo e a broa são o pão nosso de cada dia. Mas não insistam em acreditar-me, venham ver e depois riam-se de mim.

As únicas distrações são o trabalho de cada dia.

Muito mais poderia dizer mas prefiro mudar de assunto e deixar isto para outra oportunidade.

Até ao momento só veio um partido à minha aldeia e pelos vistos não deixou nada a desejar. Nós não pedimos aos partidos conselhos nem soluções, o que pedimos é que nos ajudem a estudar os problemas e resolvê-los. Sim, porque fez isto, fez aquilo... o dizer isto não chega. Esse tempo já passou. Por favor, militantes dos partidos não tenham medo do zé-povinho desçam desse altar e ponham-se ao nosso lado, senão obrigamos a adorá-los como deuses. Assim não posso concordar que o voto seja uma arma do Povo.

O MFA deu uma arma ao Povo, mas ele não pode fazer tudo, compete também aos partidos ajudarem e ensinarem o povo a manejar com a arma, senão ele nem sabe dar o tiro. Não acham que seria ridículo eu ir dar um tiro no fascismo e disparar contra mim?!

Uma das coisas que nos tem posto de pé atrás é: antes do 25 de Abril os géneros subiam aos \$50, 1\$00, 1\$50, e depois do 25 de Abril sobem aos 10\$00, 5\$00... Por favor, expliquem-nos porque quem vive à margem de tudo é obrigado a duvidar de tudo.

É meu dever louvar o Ministério da Comunicação Social pelo lançamento do *Correio do Povo*

Quando me falam em isto do Povo,

ção da minha história é outro exemplo de comunicabilidade e eficácia. As gralhas é que terão de ser mais vigiadas...

Uma ideia, já que o *Correio do Povo*, muito justamente, pretende incentivar o convívio com o livro: uma secção de edições aparecidas, indicando apenas as características da obra.

Fernando Namora
Lisboa

Muito obrigados pelos reparos e pela sugestão. Quanto às gralhas, é bem

REG-
aquilo do Povo... até tremo de cólera por tais paradoxos que se cometem com o rótulo é do Povo e é para o Povo.

A carta aos leitores do n.º 1 exprime e define nitidamente qual a intenção dos seus responsáveis e o que pretendem, se assim for podem contar desde já com o meu apoio. E assim o povo unido não consentirá que esta iniciativa fracasse nem que ela se deixe desmoralizar como tantos «xaropes» com o rótulo «xarope» do Povo. Nesta altura com o aparecimento do *Correio do Povo*, abro a boca para pela primeira vez pronunciar, não só com alegria, mas também com emoção, coragem e vontade *Correio do Povo*.

Quero acabar com um apelo a todo o povo:

Povo português tu que tens sido «a vida das outras gentes e a morte da nossa vida» ajuda a tirar o véu das misérias que te cobre porque estou confiante de que finalmente surgiu o nosso mensageiro *Correio do Povo*. Não deixemos fracassar nem corromper o que é nosso por bactérias estranhas.

Esta revista é nossa, construamo-la, tal como sabemos, sem nos preocuparmos com adornos e enfeites supérfluos. Não dêmos ouvidos a vozes estranhas que por ventura tentem impedir a verdade só porque os incomoda. Colaborem e digamos a verdade, desmascaremos a falsidade, e com o lema «construção verdadeira» ergueremos o edifício que só nos pode orgulhar. Aproveitemos esta oportunidade dada pelo Ministério da Comunicação Social. Mostremos ao mundo como é o nosso mundo.

É este o apelo de um jovem de 19 anos a quem a dureza do trabalho do campo o tem ensinado a confiar por um futuro melhor para todo o português. Adopta o lema «enquanto há vida há esperança» e vencerás.

N. B. — Qualquer deficiência ou ideia errada é fruto da ignorância por isso necessito de esclarecimento.

Artur Barbosa Ribeiro
Carvalho de Rei
Amarante

verdade o que diz. Vamos também nós reparar.

Colaboração
de novos escritores

Só hoje, por acaso, vi o primeiro número do *Correio do Povo* que considero de muito bom nível e de indimentável importância e poder renovador para o momento político-cultural que atravessamos.

Não sei se o *Correio do Povo*, tal como está concebido, terá interesse na

Gralhas de mais

Bem hajam pelo envio do n.º 2 do *Correio do Povo*, muito variado e atraente na composição dos assuntos versados. Destaco a entrevista do Blasco Fernandes, embora talvez um tanto longa (parece-me que os textos luciriam sempre em ser curtos, para maior vivacidade do conjunto) e o artigo do Alberto Ferreira, exemplar de intenção, «condensação» e de linguagem apropriada ao leitor comum. A apresenta-

colaboração de escritores novos. Penso, no entanto, que sim. Estou disposto, mal grado o intensíssimo trabalho que, desde sempre, mäs, agora, com acelerado volume, a militância política me impõe a manter uma colaboração regular.

José Manuel Mendes
Braga

Obrigado pela generosa oferta de colaboração. Em breve recorreremos a ela, sem dúvida.

Dinamizar o povo

Daqui deixo bem expresso os meus votos sinceros para que o *Correio do Povo* seja um grande sucesso e que todos os leitores saibam corresponder à chamada.

Sou pouco mais do que analfabeto (a culpa não foi minha) e não tenho nada de momento para expor, creio que para um breve futuro, cá estarei para expor alguns assuntos, que me irão chamar à atenção, e de que a minha aldeia está tão carecida.

Dou o meu apoio à vinda de pessoal qualificado para dinamizar o povo, e o mais que for possível explicar-lhe como deve trabalhar, como deve até procurar os meios de subsistência e esclarecê-lo na própria política, pois aqui nas aldeias o povo não está esclarecido porque há poucos que saibam dinamizar, infelizmente.

Temos falta de notícias, pois há aldeias longe da vila, onde o próprio correio não é entregue ao domicílio, assinantes de jornais não existem pois o meio não oferece capitais para pagar as assinaturas, enfim tudo falta por cá.

Oxalá que todos os portugueses se compenetrem de que temos de construir um Portugal renovado para bem de todos nós e os que atrás de nós virão.

Isaías Venância Resende
Paredes de Coura
Minho

O Correio do Povo, como vê, pretende ser um agente dessa dinamização popular. Consegui-lo, é difícil; mas para isso contamos com a ajuda e colaboração de todos. Iremos, muito em breve, ao Minho.

Ungir as feridas

Li o *Correio do Povo*. Reli-o mesmo, para lhe achar defeitos. Hoje em dia, no Reino de Portugal, é difícil ser-se perfeito, sobretudo quando se pretende, como é o caso, abarcar com o mesmo «periódico» gentes tão díspares. Confesso que não lhe achei aleijão de maior.

Aprendo perfeitamente até que ponto vos deve ser difícil emendar do pé para a mão todos os erros (propositados) e ungir todas as feridas provocadas na consciência do povo português, mas o caminho é este. Como instilar, porém, este contra-veneno na carne da

nossa «boa» gente? Como obrigá-los a ler, a digerir, a acreditar num órgão que talvez continuem a receber como as antigas e obscurantistas «folhas» que dantes eram mandadas para os Grémios e Casas do Povo?

Mário Braga
Casais do Campo
Coimbra

Ter a confiança popular é o nosso propósito e objectivo primeiro. Ganhando-a, claro.

Fim do mundo no ano dois mil

Aqui, no distrito de Bragança, acerca dos problemas políticos ou não políticos, nada de concreto se consegue discutir, correndo apenas boatos de que caminhamos para a fome, a guerra e, conseqüentemente, a morte, acreditando, pois, que no ano dois mil é o fim do mundo.

Aldeia onde nem o médico pode vir, por falta de via de transporte. Quem poderá ir votar com consciência, ou sem ela, se nem o simples nome dos partidos existentes sabemos, não tendo pois um mínimo de conhecimentos dos seus programas? Todos os programas da TV, mesmo os de linguagem mais simples e explícita, são deturpados. Nem mesmo o *Correio do Povo* conseguem compreender. Por tudo isto, para que foquem em especial o problema das eleições, ou seja, o futuro do nosso país, escrevo esta carta.

Berta Pires Gabriel
Gebelim
Bragança

Esperamos que os números 3 e 4 do Correio do Povo servirão para melhor esclarecer o povo transmontano sobre, entre outras coisas, o acto eleitoral. Gostaríamos que nos dissesse se essa dificuldade de compreensão do Correio do Povo tem por causa uma redacção muito difícil ou mesmo incompreensível dos nossos artigos.

Cinema

Creio que seria ideal apresentar uma página de crítica de cinema actualizado sem tecnicismos inoportunos.

António G. Dias
Cascais

Infelizmente, a maior parte das pessoas a quem esta revista é endereçada e que conosco colabora não vê cinema, por razões evidentes. Por isso o cinema nos tem ocupado pouco. Mas lá chegaremos.

Receber o Correio do Povo (1)

Foi com inteira satisfação que lemos o *Correio do Povo*, que desde já prevemos que será uma grande força dinamizadora nos meios rurais.

Nós nesta terra não temos qualquer meio que nos chegue de informação a não ser a rádio e por vezes alguns jornais, será um grande estímulo para

este povo que sempre foi desamparado e agora vê realmente que há alguém que se interessa por ele, por isso se fosse possível gostaríamos que todas as famílias desta freguesia tivessem este jornal que é feito por eles e para eles. Não sabemos se poderemos recebê-los em nome da Junta ou se teremos de enviar os nomes por isso gostávamos de uma informação. Mas desde já nós membros desta Comissão Administrativa o queremos receber.

Junta de Freguesia de Fornelo
Vila do Conde

Tal como dissemos no nosso primeiro número e num anúncio nos seguintes, todas as pessoas que quiserem receber o Correio do Povo só têm que escrever-nos manifestando esse desejo. E recebê-lo-ão, de seguida, regularmente. Mas só enviamos um exemplar para cada pessoa.

Saúde

Acho que a revista está bem escalonada pois interessa-se mais pelas classes mais desfavorecidas, abrangendo vários assuntos.

Na minha opinião pessoal, acho que também deveriam ter uma secção para medicina, sobretudo sobre os cuidados que as pessoas deviam ter, higiene, etc.

José Manuel da Cruz Vaz Saleiro
Porto

Como pode ver antecipamo-nos à sua sugestão e passamos a ter uma secção dedicada exactamente aos problemas da saúde, que era até agora a secção dita científica. Uma nova secção científica será criada, entretanto.

Minho

Dentro do possível muito agradecia uma reportagem à minha freguesia, muito pitoresca e antiga, aliás muito mal servida de meios de comunicação aos lugares, falta de escolas, etc., etc. Será possível?

Junta de Freguesia de Borba
Celorico de Basto

Uma equipa de reportagem do Correio do Povo irá, muito brevemente, ao Minho. Temos recebido muitas cartas dessa província do norte de Portugal e esse facto comanda, evidentemente, essa deslocação. Até breve, nessa ou noutra aldeia minhota.

Idoneidade e isenção

Torna-se possível que venha a cooperar com a revista, desde que se afirme com a idoneidade e isenção suficientes para esclarecer as pessoas e desafectá-las desta vaga de alienação que proliferou por este país e que parece querer remeter o Povo para outra ditadura, como se não bastasse a ditadura fascista de 48 anos de terror e opressão.

Guilherme Silva Figueira
Setúbal

Gostaríamos que nos precisasse melhor o que entende por «vaga de alienação que prolifera por este país» e que nos dissesse o que, neste período eleitoral, em que doze partidos podem concorrer às eleições para uma Assembleia Constituinte, lhe «parece querer remeter o País para outra ditadura». Será que essas suas afirmações revelam «a idoneidade e a isenção» que exige dos outros?

Receber

O Correio do Povo (2)

O Complexo Agro-Industrial do Cachão tem ao seu serviço 1050 trabalhadores que, ao terem conhecimento da publicação da revista *Correio do Povo* e da sua distribuição gratuita, se dirigiram aos serviços competentes para que formulássemos o pedido de 300 exemplares, destinados a esses mesmos trabalhadores.

Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano — Cachão

Como já, por várias vezes, deixámos dito, só podemos enviar um exemplar a cada pessoa ou entidade que no-lo pedir. Lamentamos ter que repetir que cada um dos trabalhadores do complexo agro-industrial do Cachão terá de nos escrever directamente se desejar receber o *Correio do Povo* regularmente e gratuitamente.

O Minho não é Espanha

Tendo lido atentamente a revista *Correio do Povo*, que apreciei bastante, verifiquei que nela se podia fazer alguma crítica, ou melhor expor as nossas opiniões.

Ora eu também me lembrou expor as minhas opiniões como português que sou.

Noto em noticiários e críticas que Portugal só é de Coimbra para baixo. Pois cá do Norte não se fala. Porquê? Talvez porque somos espanhóis?

Fala-se na crise da lavoura. Mas só a do Alentejo. E a do Minho?

Vivo numa freguesia embora pequena, mas que também gostava dos seus melhoramentos. Para nós ainda não houve um esclarecimento das Forças Armadas. Porquê?

É bom que também façam reparo por esta freguesia.

Fernando Dantas
Parada de Gatim
Vila Verde

O Minho não é Espanha e lá iremos, como prometido, muito em breve, e porque não a Parada de Gatim? Mas faz o senhor muito bem em dizer alto e bom som que o Minho não é Espanha e que Portugal não é só a terra que vai de Coimbra para baixo.

Chega o dia a Trás-os-Montes

A Comissão Administrativa da Junta da Freguesia de Travancas, concelho de Chaves, a mártir do passado fascismo que, durante tantos anos, nos deixou como herança miséria sobre miséria. Freguesia de 1600 habitantes, não temos luz eléctrica, onde todas as freguesias que nos rodeiam têm. Não temos casa de Escola Primária, apenas existe um barracão a cair de podre pondo em perigo diversas vidas; e mesmo esse barracão foi construído por nós há 40 anos.

Caminhos temos as mais miseráveis condições. A única coisa que temos de bom é água, mas graças ao nosso grande esforço. A nossa freguesia antes do 25 de Abril era considerada de esquerda; com razão, e por esse motivo éramos considerados revolucionários, éramos desprezados perante a Câmara do concelho, e estávamos marcados com uma cruz vermelha, não era possível conseguir nada. Mas agora chegou o nosso dia, e estamos confiantes no 25 de Abril e nas Forças Armadas. O progresso chegará à nossa freguesia...

Gustavo Baptista
Presidente da Comissão
Administrativa
Travancas

E, muito em breve, o *Correio do Povo* chegará também, para ouvir da Comissão Administrativa de Travancas ou de outra dessas aldeias, assim como do Povo transmontano, os seus problemas, as suas aspirações e que têm para pedir e sugerir aos responsáveis pelos destinos do País. Mas faz muito bem essa Comissão Administrativa em chamar a atenção para a vida de uma região tão menosprezada pelos dirigentes fascistas.

Trabalho comum

Considero que o *Correio do Povo* vem efectivamente preencher uma lacuna na formação política das gentes mais afastadas dos grandes centros urbanos. É o caso das gentes desta aldeia onde quase não há jornais e onde a informação está praticamente monopolizada pela imprensa regionalista, cuja orientação é por demais conhecida.

Venho pois por este meio solicitar que me enviem o *Correio do Povo* que eu procurarei difundir junto dos meus conterrâneos.

Ponho-me também à disposição desse Ministério para a difusão de tudo aquilo que pode contribuir para o despertar e a formação das pessoas desta aldeia, onde os problemas são muitos mas onde também o conformismo e o desinteresse das pessoas obstam a que algo de concreto se efective.

David Mateus Nabais
Aldeia Velha
Sabugal

Agradecemos a sua colaboração. Temos a consciência que muitos dos nossos compatriotas nem sequer poderão ler o *Correio do Povo* porque, muito simplesmente, são analfabetos. Que todos os que, como o senhor, têm igualmente a consciência da necessidade de ajudar o povo português, empreendam, juntamente connosco e com todos quantos se dedicam a essa tarefa, um trabalho comum. Que mais não seja lendo aos que não sabem ler algumas das nossas páginas e enviando-nos notícias dos problemas da região em que vivem.

Conto, poesia e humor

Sugiro que não acabem com o conto destacável e bom seria que a página de humor e poesia também fossem destacáveis, podendo o povo que não tem dinheiro para comprar livros formar uma pequena antologia.

José Manuel Freitas
Lisboa

Não vamos acabar com o conto destacável. Mas será muito difícil, porque é caro incluir no *Correio do Povo* mais páginas destacáveis. Continuaremos, contudo, com a secção de poesia e de humor, incluídas essas no corpo da revista.

O Correio do Povo na República Democrática Alemã

Foi-nos oferecido pelo eng.º Vasco Pinto Leite, durante a sua visita à RDA, o primeiro número do *Correio do Povo*.

A leitura deste número chamou entre nós o mais vivo interesse pelo vosso projecto de fazer uma verdadeira revista popular, projecto que poderá ter uma transcendência para além das fronteiras do vosso país. Queremos aproveitar esta oportunidade e felicitá-los pela sua importante empresa e para pedir-lhes, se fosse possível, de mandar-nos os números futuros. Estes poderiam ser utilizados na informação sobre Portugal e poderiam prestar-nos uma grande ajuda nas nossas actividades para dar a conhecer ao público da República Democrática Alemã os diferentes aspectos da vida social no novo Portugal revolucionário.

Dr. Karlheinz Barck
Akademie der Wissenschaften
der DDR
Berlim
Alemanha

Ficámos penhorados com o interesse que a Akademie der Wissenschaften da República Democrática da Alemanha nos manifesta e encantados de poder, de algum modo, servir os nossos amigos alemães.

O voto é uma arma do povo

Esperamos, com este número, ter feito mais alguns passos no caminho que nos conduzirá ao ponto de encontro que fixámos desde a primeira edição do *Correio do Povo*, a quem connosco colabora e nos lê.

Ponto de encontro esse que será alcançado no dia em que esta publicação se tenha tornado um órgão verdadeiramente popular, de diálogo cada vez mais aberto e frutuoso entre o Povo português e os homens escolhidos para orientá-lo, no sentido de uma vida mais harmoniosa e justa. Nesse dia, o papel do *Correio do Povo* será, sobretudo, de veiculação e de estímulo, quer ao Povo quer ao Governo.

Nas cartas recebidas temos encontrado compreensão e reconhecimento pelo bem fundado da nossa tarefa. Até pelos resultados já obtidos. O mérito dos primeiros números terá sido o de haver mobilizado uma grande vontade popular em volta de uma tarefa que é de todos. De ora em diante, o mérito estará em não trair essa vontade mobilizada.

Mas ainda as alegrias não são muitas, ainda a procissão vai no adro, como costuma dizer-se, e já temos uma má notícia para dar: o *Correio do Povo*, que tem saído quinzenalmente, passará a sair apenas uma vez por mês!

Dizemos já porquê: muito simplesmente, o orçamento do Ministério da Comunicação Social não nos permite arcar com a despesa que representa a publicação, de quinze em quinze dias, da revista.

Podemos dizer que esta não é uma notícia popular, no sentido em que não vai agradar ao Povo. É, no entanto, popular, no sentido em que, vivendo este Ministério, como todos os outros, do dinheiro do Povo, entende administrá-lo com rigor e justiça. E não ultrapassar a soma anual que lhe foi destinada, na repartição das verbas governamentais.

Nesta hora em que cada um de nós deve ter a consciência clara da necessidade de uma certa austeridade económica, não serão os leitores-colaboradores do *Correio do Povo* que deixarão de compreender uma medida tomada em seu nome, por imperativos orçamentais.

Lerão estas palavras uns dias ou, mesmo, umas horas antes das eleições. Quisemos, nos dois últimos números, elucidar, sem partidarismo, todos quantos contam connosco. Mas um jornal do Povo não pode deixar de dizer que, para além do *dever* de votar, nós temos hoje o *direito* de eleger quem melhor nos represente. Porque o voto é livre. Porque, para além disso, temos hoje quem defenda a nossa escolha. Contra tudo e contra todos os que pretendam negá-la ou destruí-la.

O voto é uma arma do Povo. Utilizemo-la no interesse do Povo. De Portugal.

SUMÁRIO

- 1 — Correio do Povo
- 4 — Genérico
- 6 — Reportagem
- 13 — Informação
- 21 — Poesia
- 22 — Pintura
- 23 — História
- 25 — Economia
- 26 — Saúde
- 28 — Sabia que?
- 30 — Guia prático das eleições

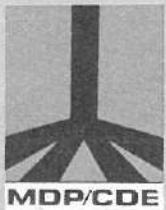
DESTACÁVEL: Um conto de Manuel da Fonseca

CAPA: Os símbolos dos partidos candidatos



OS FASCISTAS TINHAM MEDO DO POVO

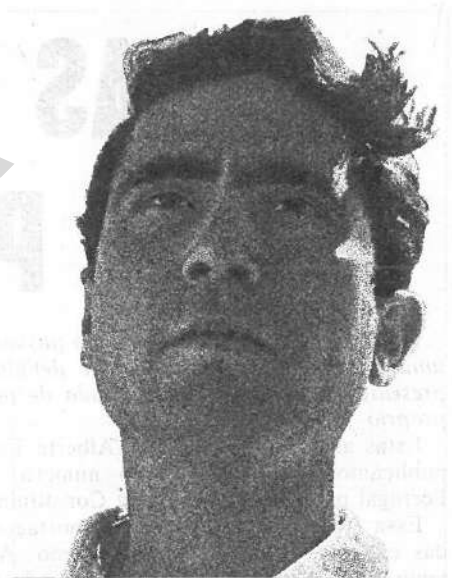
A reportagem que hoje publicamos refere-se a um passado recente, que vai de 1926, ano da implantação do fascismo em Portugal, até 25 de Abril, porque, após termos visto como já, em 1820 — na reportagem do último número — se tratava de escolher entre a Revolução e a Contra-Revolução, necessário é ainda hoje iluminar as zonas revolucionárias e contra-revolucionárias da nossa História, mesmo as mais próximas de nós, de modo que seja possível à gente do nosso tempo optar pelos caminhos do progresso e pela consolidação da liberdade



JOSÉ DIAS COELHO, ARTISTA E MILITANTE EXEMPLAR

Infelizmente, e por enquanto, só os habitantes de Lisboa, ou os visitantes da capital, podem ver a exposição de pintura e escultura (patente ao público na Sociedade Nacional de Belas-Artes) de José Dias Coelho, grande artista e militante antifascista, assassinado pela PIDE, em 1961, numa rua de Lisboa.

Artista em cuja obra podemos encontrar uma preocupação constante de solidariedade para com os trabalhadores seus companheiros e de revolta contra os opressores do Povo, foi um homem cuja «simplicidade imediata fazia com que tudo nele, ideias, gestos, convívio fosse um discorrer espontâneo — ou uma entrega confiante, se quisessem», diz-nos José Cardoso Pires, na apresentação para o catálogo da exposição.



OS SIMBOLOS DOS PARTIDOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES

Apresentamos os símbolos dos doze partidos candidatos às eleições e, por evidente falta de espaço, não podemos transcrever os programas de cada um.

Esperamos, contudo, que uma grande parte dos nossos amigos tenha tido, sobre cada um deles, a informação necessária. Aconselhamos, de qualquer modo, que olhem e escutem os programas eleitorais da Televisão e da Rádio, de que já demos notícia no nosso último número.



Esse passado, é o de todos nós, os que vamos votar na próxima sexta-feira. Todos nós o vivemos mas talvez nem todos tenhamos sabido, ou podido, tirar dele a lição devida. Impedir-nos de estudar e compreender essa lição foi, aliás, uma das grandes preocupações dos dirigentes fascistas, que procuraram manter-nos no analfabetismo, negar-nos a informação verdadeira, obrigar-nos a uma submissão total dos senhores de quem dependia inteiramente a vida económica do País.

Graças ao 25 de Abril, que restituiu a liberdade e a dignidade ao Povo português, nós podemos agora dizer o que pensamos e queremos.

POVO

CORREIO do

Ano 1 * Número 4 * 17 de Abril de 1975 * Mensal

Director
Cte. Rui C. F. Montez
Propriedade do
Ministério da Comunicação Social
Redacção e Administração
Palácio Foz
Praça dos Restauradores — Lisboa
Chefe de redacção
António Tavares-Teles
Redacção
Manuela de Mendonça Torres
Francisco Teixeira da Mota
António Baptista da Silva
Colaboração
Maria de Lurdes Pires Neves
Alberto Ferreira
José Guimarães

José Carlos Gonzalez
Diamantino Trindade
Reportagem fotográfica
Eurico Chalbert
Alberto Gouveia
António Costa Mota
Paginação
Luís Osório
Abreu Lima
Pesquisa
Ethel Silva
Secretária
Maria do Rosário Valdúvia
Composição e impressão
Anuário Comercial de Portugal
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

OS FASCISTAS TINHAM MEDO DO VOTO E APONTAVAM ARMAS CONTRA O POVO

A nós, povo, só nos interessa o passado na medida em que possa corresponder a uma lição clara e perfeitamente definida. Assim, falar de eleições passadas ou presentes, equivale a uma tomada de posição que nos esclareça acerca do nosso próprio futuro.

Estas as palavras com que Alberto Ferreira abriu a reportagem na História que publicámos no nosso último número, sobre as «Primeiras eleições gerais em Portugal para uma Assembleia Constituinte, após a vitória da Revolução de 1820».

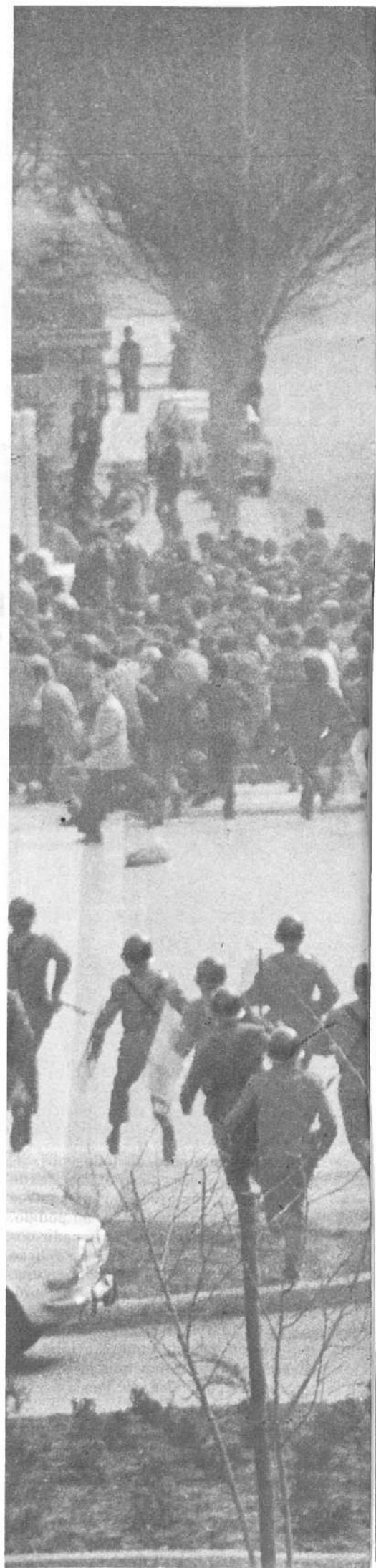
Essa foi a primeira de duas reportagens que entendemos por bem realizar antes das eleições de 25 de Abril próximo. A segunda, que hoje publicamos, refere-se também ao passado, mas a um passado muito mais recente. Refere-se ao passado, porque impossível seria falarmos da próxima consulta popular sem exprimirmos posições que muito embora perfeitamente comprovadas pela realidade portuguesa, passada e presente, poderiam parecer parciais. Refere-se a um passado recente, que vai de 1926, ano da implantação do fascismo em Portugal, até 25 de Abril, porque, após termos visto como já, em 1820, se tratava de escolher entre a Revolução e a Contra-Revolução, necessário é ainda hoje, «iluminar as zonas revolucionárias e contra-revolucionárias da nossa História, mesmo as mais próximas de nós, de modo que seja possível à gente do nosso tempo optar pelos caminhos do progresso e pela consolidação da liberdade».

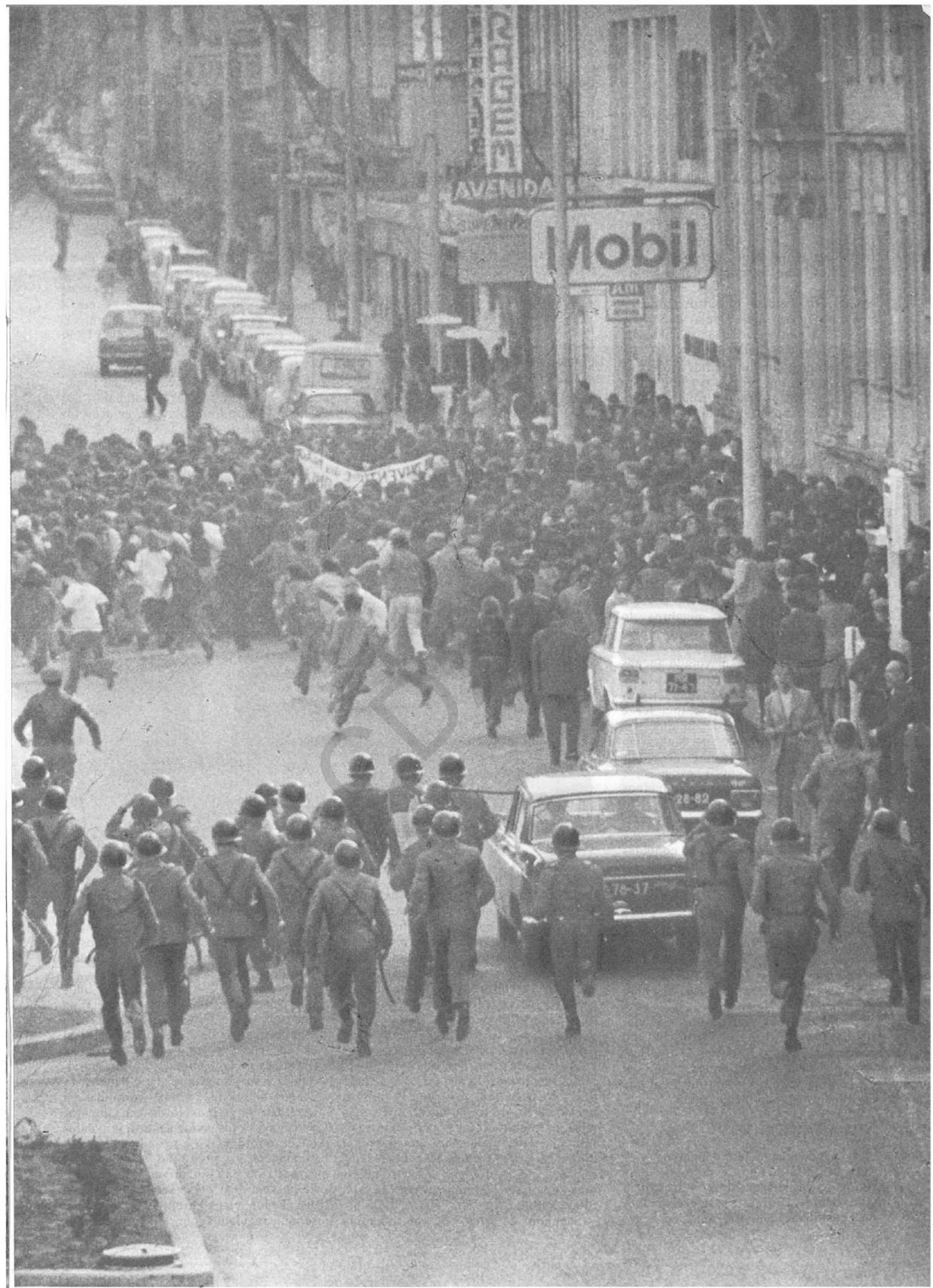
Esse passado, é o de todos nós, os que vamos votar na próxima sexta-feira. Todos nós o vivemos mas talvez nem todos tenhamos sabido ou podido tirar dele a lição devida. Impedir-nos de estudar e compreender essa lição foi, aliás, uma das grandes preocupações dos dirigentes fascistas, que procuraram manter-nos no analfabetismo, negar-nos a informação verdadeira, obrigar-nos a uma submissão total dos senhores de quem dependia inteiramente a vida económica do País.

Vamos, agora, rever, embora rapidamente, esse passado. E, se hoje retirarmos, desse exame, a lição devida, não poderemos dizer que será tarde de mais. Porque, graças ao 25 de Abril, que restituiu a liberdade e a dignidade ao Povo português, nós podemos agora dizer o que pensamos e queremos.

As eleições da próxima sexta-feira serão uma ocasião importante para o fazermos.

Repetimos: não será tarde de mais! Mesmo porque, como costuma dizer-se, mais vale tarde do que nunca. E nunca mais haver eleições será o que pode vir a acontecer-nos, se descurmarmos a nossa vigilância democrática. Os golpistas de 11 de Março não estavam interessados em eleições livres e populares.





A ditadura e o Estado Novo

O golpe militar de 28 de maio de 1926, que veio instaurar o fascismo em Portugal, foi, apesar da linguagem inicialmente anticapitalista dos seus autores, dirigido contra os trabalhadores. E impôs uma verdadeira ditadura do capital sobre o trabalho.

O primeiro período do regime fascista, que vai de 1926 até 1933, foi orgulhosamente baptizado pelos seus dirigentes com o nome de Ditadura nacional. Ainda hoje se encontram placas em escolas e outros edifícios públicos dessa época, em que pode ler-se a seguinte inscrição: «Construído sob a ditadura nacional!»

Entretanto, os dirigentes fascistas — Salazar já era, então, o chefe único do País — entenderam atribuir-se uma legitimidade constitucional, que desse uma aparência legal ao regime.

Foi, pois, elaborado, em 1933, um projecto de Constituição, que estabelecia a organização política e administrativa do País e as garantias fundamentais dos cidadãos. Foi decidido submeter esse projecto a plebiscito, que é um voto do povo sob proposta que lhe é apresentada. O projecto foi publicado no *Diário do Governo*, cerca de 20 dias antes da votação. Durante esse período foi proibida qualquer discussão sobre o assunto, excepto pelos membros do partido salazarista, que era o único existente.

O projecto deveria ser votado apenas pelos cidadãos recenseados em 1932. Para ser recenseado era, então, necessário, entre outras coisas, saber ler e escrever e ser chefe de família. As mulheres, mesmo que preenchessem essas condições, não podiam votar. Os números oficiais da época revelam que só um milhão e duzentos mil indivíduos foram considerados eleitores!

Apesar disso, o governo ainda decretou, em 21 de Fevereiro desse ano, que as abstenções deveriam ser contadas como votos a seu favor... Após ter afastado do voto praticamente todas as classes trabalhadoras, as mulheres e os opositores declarados, Salazar ainda quis assegurar o voto de quem não votava, receoso de não encontrar o apoio numérico que desejava, mesmo depois de tantas cautelas...

O resultado dessa votação, segundo os números oficiais que, por essa razão, não devem reflectir a verdade, foi de 700 mil votos a favor, 500 mil abstenções e 6 mil contra. O que nos dá uma ideia do desinteresse que tal eleição despertou, mesmo nos eleitores escolhidos a dedo pelo regime.

A Constituição de 1933

As eleições que terão lugar na próxima sexta-feira, dia 25 de Abril, destinam-se a eleger uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia tem por finalidade elaborar uma lei que,

por ser a mais importante lei do País é chamada Lei Magna. Todas as outras leis que em seguida forem votadas deverão estar de acordo com ela. Por isso se chama Lei Constitucional, na medida em que define a constituição do Estado português. E o Estado vai desde o Governo até às juntas de freguesia.

Vivemos até hoje sob uma Lei Constitucional que foi elaborada em 1933, sob a ditadura fascista. Quais as características dessa lei e como foi ela aprovada.

A Constituição de 1933 era uma tentativa de, sob a aparência de algumas medidas liberais e democráticas, impor toda uma série de disposições autoritárias, fascistas.

Definia o Estado como *unitário*, referindo-se aí a total integração das colónias na nação portuguesa; e *corporativo*, quer dizer, exigindo a

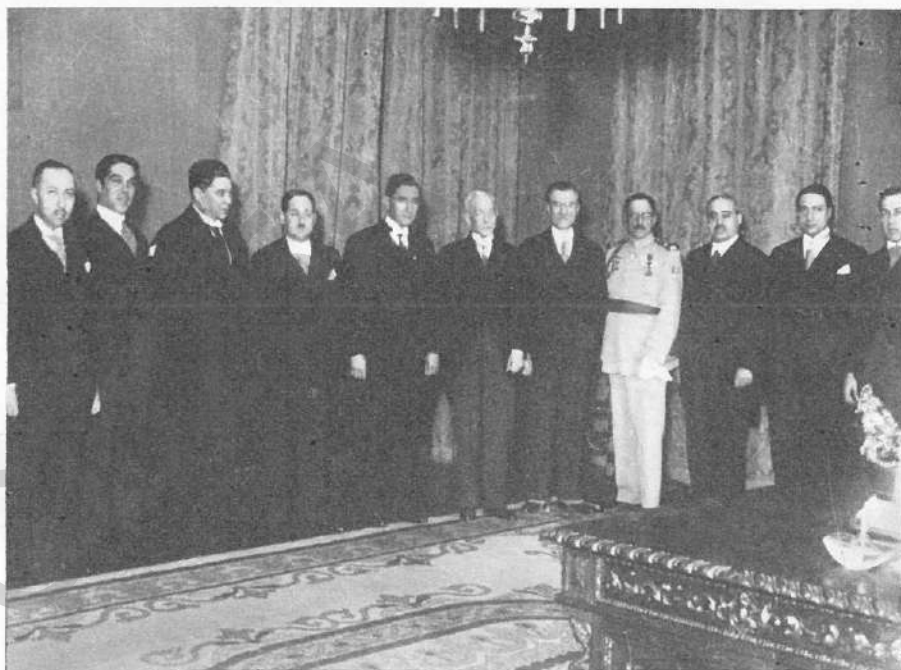
residência na Nação e tinha por órgãos o Chefe do Estado, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais.

O Chefe do Estado era eleito de 7 em 7 anos, por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, respondia directamente perante a Nação, sendo a sua acção independente de quaisquer votações da Assembleia Nacional. Competia-lhe, entre outras coisas, nomear o Presidente do Conselho e os Ministros e Secretários de Estado, assim como exonerá-los.

A Assembleia Nacional, composta de 90 deputados, era eleita de 4 em 4 anos, por sufrágio directo não universal. Competia-lhe, normalmente, fazer leis, suspendê-las e revogá-las.

O Presidente do Conselho e o Governo, nomeados pelo Presidente da República, só perante ele respondiam.

Ao Governo competia fazer decretos e regulamentos para execução das leis.



O primeiro Governo do Estado Novo

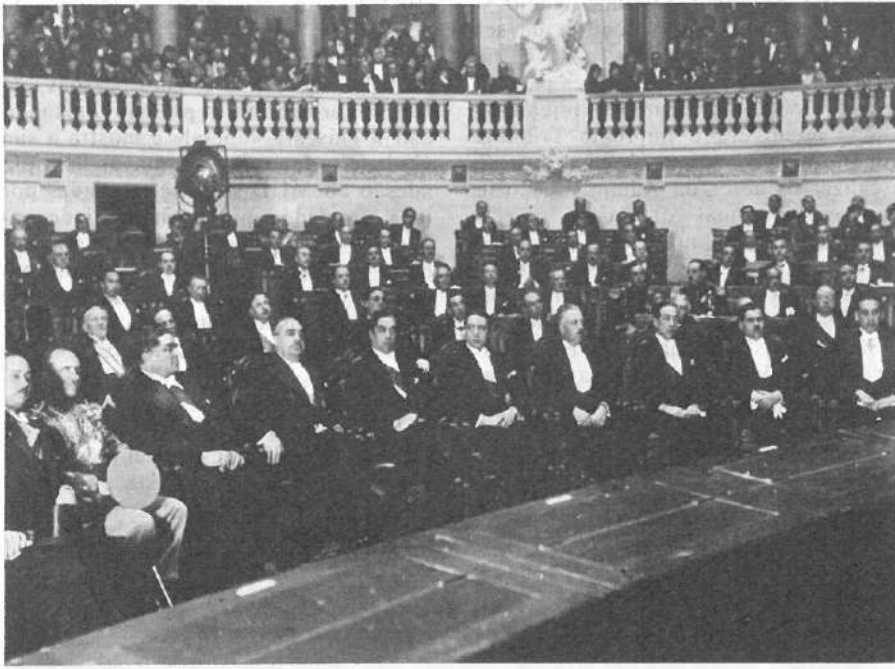
constituição das diversas classes e profissões em organismos dirigentes — as corporações — onde se pretendia, muito teoricamente, conciliar os interesses da entidade patronal e da classe trabalhadora, pela intervenção, quando ele assim o entendesse, do Estado. Essa tentativa de conciliação era, repetimos, inteiramente teórica, pois os interesses dos patrões e os dos trabalhadores são irreconciliáveis. Para além disso, os interesses dos patrões confundiam-se, nessa sociedade, com os do Estado que, desse modo, era não só árbitro mas também parte, na questão. Para já não falarmos da total falta de representatividade dos delegados dos trabalhadores, sujeitos à aprovação do Governo, que podia nomear, na vez deles, uma comissão administrativa da sua total confiança.

Segundo o artigo 71, a soberania

Só podia legislar através de decretos-lei, com a autorização da Assembleia Nacional. Em caso de urgência, competia-lhe igualmente apresentar propostas de lei para discussão na Assembleia Nacional.

A verdade é que, durante os 41 anos de vigência da Constituição de 1933, os decretos-lei do Governo foram a regra e as leis saídas da Assembleia Nacional a excepção.

Um exemplo: amplos direitos individuais eram garantidos aos cidadãos no artigo 8.º. Nele eram garantidas a liberdade de expressão do pensamento, de reunião e de associação, a inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência, o direito ao trabalho e a garantia de não ser privado da liberdade pessoal nem preso sem culpa formada. Todos estes direitos e liberdades seriam regulados por leis posteriores.



Sessão inaugural da Assembleia Nacional fascista de 11 de Janeiro de 1935

segundo o parágrafo 2.º. Pois bem: no mesmo dia em que a Constituição foi publicada, foram igualmente publicados decretos que eliminavam esses direitos e liberdades! Com o pretexto de regulamentar, Salazar eliminava todas essas liberdades e direitos da Constituição e, por conseguinte, da vida do Povo português.

Do Estado Novo às eleições de 1945

Estava criado o Estado Novo. Mas nem essa Constituição, feita inteiramente à medida e ao desejo de Salazar, viria a permitir à Oposição exprimir-se, que mais não fosse através de Eleições que, embora não livres, permitiam um

relativamente amplo esclarecimento público.

E só em 1945 nós assistimos à primeira participação da Oposição numa campanha eleitoral.

A Grande Guerra terminara na Europa com a vitória dos Aliados sobre o fascismo alemão e italiano. O governo português declarou luto oficial pela morte do ditador alemão Hitler, mas o povo, em grandes manifestações por todo o País, mostrou o seu regozijo pela vitória das forças aliadas. Ao mesmo tempo foram lançadas palavras de ordem antifascistas e pela libertação total dos presos políticos. Era opinião largamente generalizada que algo tinha de mudar em Portugal, quer porque

havia todo um ambiente internacional favorável à luta antifascista, quer devido ao elevado comprometimento do Governo de Salazar com os regimes alemão e italiano, derrubados pela vitória aliada.

Embora alguns anos antes tivesse profetizado a falência certa das democracias, Salazar, diante da nova situação internacional, tem a hipocrisia de afirmar que «a bandeira da vitória foi desfraldada ao vento da democracia», e a expressão «Democracia Orgânica» aparece pela primeira vez para caracterizar o regime. O Governo a 6 de Outubro resolve dissolver a Assembleia Nacional e Salazar promete no dia seguinte «eleições livres, tão livres como na livre Inglaterra!» Propõe ainda decretar uma amnistia «suficientemente» ampla.

A marcação de eleições, em que pela primeira vez a Oposição pode concorrer, demonstra bem a tentativa de descompressão do ambiente político interno face às enormes manifestações populares, ao mesmo tempo que o regime procura promover uma fachada «democrática» para estrangeiro ver, já



O director da Pide condecora alguns agentes que se distinguiram em serviço



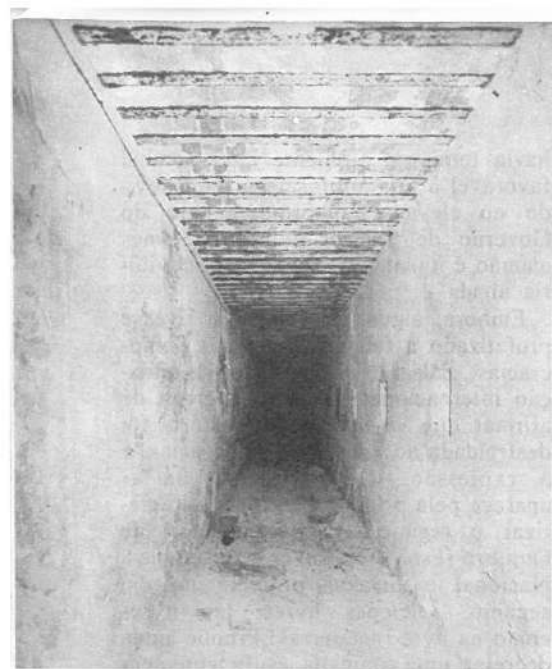
Salazar e Carmona fazem a saudação nazi-fascista

que em perto de vinte anos de existência nunca tinha permitido à Oposição a mínima manifestação legal.

Oposicionistas ao regime reuniam-se no Centro Republicano de Almirante Reis, numa sessão presidida pelo prof. Barbosa de Magalhães, que afirmou «o significado social e as prováveis e possíveis repercussões políticas da vitória aliada» e acentuou que com a reunião que estava a decorrer (as outras não eram autorizadas) começara em Portugal uma revolução legal e ordeira no sistema de política interna. O que reflecte bem as ilusões que muita gente tinha na altura. Desta reunião resultaram a reclamação de condições julgadas mínimas para a realização de eleições honestas:

Adiamento por seis meses do acto eleitoral marcado para 18 de Novembro;

— liberdade de imprensa de reunião e de propaganda;



Um dos corredores da prisão de Caxias ...

— acesso e fiscalização do recenseamento;

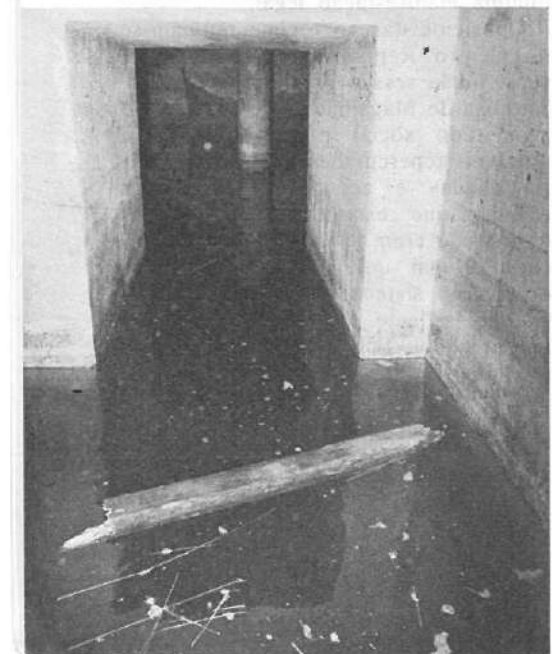
— amnistia para os presos políticos. Reclamava-se ainda a extinção do campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, criado em 1936 e onde tantos militantes operários de vanguarda e outros revolucionários tinham perdido a vida.

É desta reunião no Centro Republicano que surge o Movimento de Unidade Democrática (MUD), movimento semi-legalizado apoiado por várias associações e partidos, que eram obrigados a viver na clandestinidade ou quando muito na ilegalidade.

Logo aí têm início as assinaturas de adesão à candidatura do MUD, que se transforma numa torrente avassaladora de entusiasmo por todo o País em poucos dias. Em todas as cidades de província e vilas se constituem comissões de apoio às reclamações do Centro Republicano. De toda a parte chegam vagas de adesões. Tudo teve de ser improvisado febrilmente à última da hora.

Em 26 de Outubro é entregue pelo

... que conduzia a celas como esta



MUD no Supremo Tribunal Administrativo um recurso no sentido de ser anulado o Decreto-Lei n.º 34 972 na parte em que marca as eleições para 18 de Novembro. O recurso é rejeitado!

Mas quem era o Supremo Tribunal Administrativo? A sua função era a de fiscalizar os actos da Administração (e do governo), mas os juizes que o compunham eram nomeados pelo próprio governo através do presidente do Conselho. A imparcialidade e independência da Justiça era um mito! O Governo legislava quase em exclusivo por decreto-lei e quando havia acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça que não agradavam a Salazar e ao Governo este revogava-os por decreto.

Entretanto, o Governo promulgou uma amnistia burla, o MUD protestou

(PIDE) e o seu nome sinónimo de TERROR!

O MUD proclama que a ele aderem dezenas de milhares de pessoas. O regime prepara a repressão deixando cair a máscara «liberal» e mostra a sua verdadeira face. Propõe que as listas de adesão ao MUD sejam controladas por uma entidade aparentemente independente — a Procuradoria-Geral da República — e assegura que esse controlo não servirá para outros fins. O MUD entrega as listas, interessado em afirmar publicamente a importância do movimento popular em torno da Oposição.

A perseguição e a depuração no Exército começa mesmo em plena campanha eleitoral e finda esta estende-se ao funcionalismo e professorado.



O cemitério do campo de concentração do Tarrafal

e sobre a situação dos presos políticos reclamou os nomes de todos os presos libertados pela amnistia governamental, condenações que estavam a cumprir e indicação do tempo de prisão:

— os nomes de presos não abrangidos pela amnistia, prisões onde se encontram e delitos porque foram condenados;

— condições de vida, alimentação e castigos a que têm estado submetidos em todas as prisões políticas;

— situação em que se encontram os deportados.

O Governo não respondeu!

À «liberdade» propagandeada por Salazar corresponde a reorganização da polícia política do regime, com base nos conhecimentos administrados por agentes da Gestapo (polícia secreta da Alemanha nazi). A polícia política do regime passa a denominar-se Polícia Internacional e de Defesa do Estado

À medida que a campanha se desenvolve e o MUD ganha verdadeira implantação nacional, os candidatos do partido único (União Nacional) endurecem as suas afirmações. O Ministro do Interior, general Botelho Moniz, proclama: «Já estou a perder a paciência com os movimentos e agitações dos últimos dias», «A Situação não cairá nem a votos nem a tiros».

Um elemento importante da Igreja (arcebispo de Amares) afirmava, por seu lado: «A Igreja saberá cumprir, mais uma vez, o seu dever para com a Pátria, que é votar na União Nacional».

Aproximava-se a data marcada para o acto eleitoral e tornava-se evidente que o governo de Salazar não estava disposto a aceder às reivindicações mínimas que o MUD considerava necessárias para assegurar a honestidade das eleições.

Para a Oposição o único caminho

lógico era a abstenção. Não legitimar um acto eleitoral que mais não era que uma encenação.

A imprensa era estrangulada pelas exigências da censura, mais implacável que nunca. Dias antes do dia marcado para o acto eleitoral, o governo proibiu, em todo o País, as reuniões de propaganda e esclarecimento do MUD.

A 18 de Novembro, dia do acto eleitoral, estavam 992 723 cidadãos apenas recenseados o que, representava pouco mais de 10% da população. Os números «oficiais» dizem que só foram às urnas 56,7% dos recenseados e que desses só 54,5% votaram no partido único.

Era essa a representatividade dos deputados da «Situação»? A abstenção, essa, era o voto e a resposta do Povo. Mas os adeptos do regime anunciavam! «Vitória, vitória!»

Os signatários das listas de adesão ao MUD foram chamados um a um ao Ministério do Interior e submetidos a interrogatórios. Algumas centenas de pessoas acabaram nas prisões. Os ficheiros da polícia política PIDE ficaram actualizados!

Humberto Delgado, «general sem medo»

As eleições para a presidência da República, feitas pelo sufrágio directo significavam, apesar da fraude total que as caracterizava, um meio de divulgação das ideias democráticas, que a campanha eleitoral permitia. O ano de 1958 anunciava eleições e veio a tornar-se célebre. Pois, a par do tradicional candidato do regime, nesse ano o almirante Américo Tomás, personagem sem qualquer relevo político ou moral mas extremamente subserviente a Salazar, e da personalidade avançada pela Oposição, o dr. Arlindo Vicente, um terceiro candidato, independente, e em favor do qual Arlindo Vicente viria a desistir, se apresentou: o general Humberto Delgado, director-geral da Aeronáutica Civil.

O sufrágio era, mais uma vez, de carácter restrito. Só podiam votar os cidadãos que soubessem ler e escrever ou que pagassem mais de cem escudos anuais de contribuições directas. As mulheres podiam votar, mas só no caso de apresentarem um diploma secundário ou superior! O recenseamento era, e também mais uma vez, completamente falseado, sendo feito, sobretudo, a partir das listas dos funcionários públicos e de serviços, de pessoas apresentadas pelas juntas de freguesia — algumas, muitas delas, recensearam até mortos! — etc. Só podia votar quem não fosse suspeito de votar contra o regime!

A candidatura de Humberto Delgado levou, contudo, o País a descobrir-se a si mesmo. Um espantoso movimento popular alastrou-se por Portugal inteiro, numa manifestação de repúdio pelo regime e pelos métodos de Salazar.



O povo português aclamou Humberto Delgado

Logo o Governo manifestou a sua determinação de impedir o desenrolar normal da campanha eleitoral. O ministro do Interior, o general Santos Costa, recusou-se a fornecer cópias dos cadernos eleitorais à Oposição. As câmaras municipais não permitiram a cópia nem a fotocópia desses cadernos, dificultando ao máximo a distribuição dos votos oposicionistas.

Humberto Delgado protestou energeticamente contra todas essas irregularidades, bem como ao papel da censura e da polícia política, a Pide: «Neste momento e dadas as circunstâncias, é significativa e revoltante a cooperação entre os Serviços de censura à imprensa e as manobras da União Nacional. A

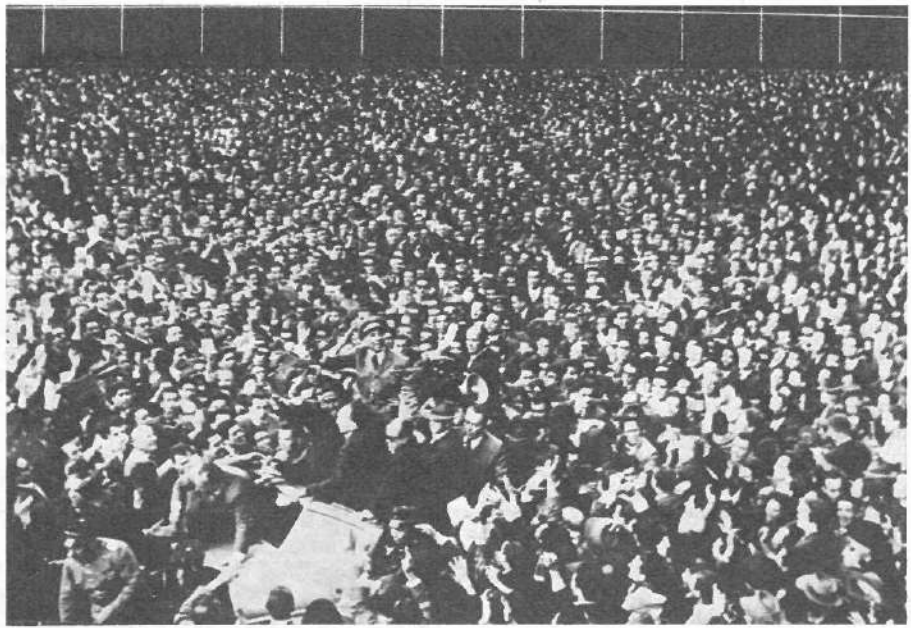
esta ofensiva de baixa política acrescenta-se a própria actividade dos membros do Governo, as atitudes das autoridades responsáveis, a colaboração dos serviços do Estado com os serviços do partido único, e verificar-se-á em que desiguais, opressivas e antidemocráticas condições se inicia esta campanha».

Mais tarde, durante uma conferência de imprensa realizada em Lisboa, o «general sem medo», ao responder a uma pergunta de um jornalista:

«Senhor General, o que fará com o Presidente do Conselho, Salazar, no caso de ganhar as eleições?»

«Obviamente demito-o», transmitiu a todos os portugueses verdadeiramente

O «general sem medo» vence o medo do fascismo





Enfim, o 25 de Abril! União Povo-Mil

empenhados na democratização do País a sensação exacta de que alguma coisa tinha mudado e ia, ainda, mudar. Em resposta, o Governo desenvolveu toda uma campanha de calúnias e violências, que causaram, para além do mais, muitos feridos e de que resultaram inúmeras prisões.

Eis os quatro pontos fundamentais do programa do general Humberto Delgado:

- 1.º Pacificação da Família Portuguesa;
- 2.º Revogação dos decretos que suspendem o art.º 8.º da Constituição;
- 3.º Promulgação de nova lei eleitoral e organização de novo recenseamento a fim de haver a curto prazo eleições gerais;
- 4.º Moralização dos costumes políticos e da administração pública.

Em 20 de maio de 1958, altos comandos militares, de forças militarizadas, da Pide e membros do governo reuniram-se para estudar a situação no País. Nessa reunião ficaram decididas medidas repressivas a tomar no caso de o movimento popular de apoio a Humberto Delgado se tornar incontrolável. Ficou também decidido que, ainda que o general venesse as eleições, não lhe seria permitido tomar posse do cargo de Presidente da República.

Apesar de se ver impedido de deslocar-se livremente pelo País e de andar sempre «acompanhado» por agentes da Pide em todas as suas deslocações, o «general sem medo» estava certo da vitória.

Os resultados das eleições deram,

contudo, a vitória ao candidato Américo Tomás. Humberto Delgado protestou vigorosamente contra a burla e afirmou publicamente que havia vencido as eleições. Numerosas manifestações populares contestaram, em todo o País, os resultados oficiais, provocando uma sangrenta repressão policial.

Mas o poder constituído fora posto em causa. Salazar não entendia que isso voltasse a suceder. E decidiu encerrar a última possibilidade legal de mudança constitucional de regime: a lei de 21 de Agosto de 1959 veio alterar a Constituição, decretando que o Chefe de Estado deixava de ser eleito por sufrágio directo, passando essa eleição a fazer-se por um colégio eleitoral, da inteira confiança do ditador. O País, até aí já quase completamente margina-

lizado do Poder, via a sua capacidade de participação pública definitivamente diminuída.

Estava fechado o círculo.

Mas o círculo rompeu-se...

Mas o círculo rompeu-se em 25 de Abril de 1974.

O Salazar-caetanismo morreu, nesse dia. Com Salazar enterrado e os seus sucessores desterrados, com muitos dos principais cúmplices incapacitados de agir, com a liberdade nas ruas e nos caminhos do País, chegou o Povo ao 25 de Abril de 1975 armado de alguma força e de um voto livre. Agora importa que esse Povo não maneje a arma, que pela primeira vez usa, contra si próprio.

1.º de Maio: O povo livre encheu as ruas com a sua alegria



As Forças verdadeiramente progressistas do Mundo vêm-nos como uma esperança de transformação da Sociedade

— Palavras de Vasco Gonçalves, na última conferência de Imprensa

O primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, concedeu no passado dia 8, uma importante conferência de Imprensa, em que se referiu aos mais diversos aspectos da vida nacional e internacional. Na impossibilidade de transcrever inteiramente as suas declarações, registamos as que nos parecem mais importantes.

11 de Março

O ataque de 11 de Março transcende o âmbito de um golpe militar restrito a um certo número de oficiais para se inserir num contexto muito mais vasto. Penso que se trata, de facto, de um golpe da reacção, a que estava ligado o capital monopolista nacional e, proyavelmente internacional.

Está em curso um inquérito que, dado o volume de pessoas que há a ouvir, leva um certo tempo a elaborar. Mas, para obviar a isso, pensamos, dentro de um período curto, fazer um primeiro relatório sumário daquilo que se passou.

Golpe que foi batido, como todos sabem, graças à aliança do Povo com as Forças Armadas. Devemos realçar isso, porquanto foi essa unidade que permitiu reagir rapidamente e desencorajar mesmo aqueles que não chegaram a participar activamente, mas que para isso estavam preparados. Foi a reacção militar pronta do RAL 1 e foi o nosso povo, que veio para a rua e que teve acções que, de facto, devem causar a estranheza dos observadores estrangeiros — como aquelas de se ter ido meter entre os contendores e falar, desarmado, com esses contendores.

Isso prova, o grau de generosidade, de heroísmo e de convicção com que o povo português defende a sua própria Revolução.

Liberdade e eleições

No aspecto das liberdades e de garantia dessas liberdades, podemos estar francamente satisfeitos com o que se passa entre nós, porquanto qual será



Pretendemos, de facto, construir uma sociedade socialista e não podemos perder, por via eleitoral, aquilo que tanto tem custado a ganhar ao povo português — palavras de Vasco Gonçalves

o país da Europa em que haverá mais liberdade do que no nosso?

Vão realizar-se eleições, vamos ter uma Assembleia Constituinte. Não poderíamos estar regidos pela Constituição de 1933, não obstante toda a introdução de medidas por via de decretos e outras medidas legislativas que têm sido feitas no sentido de corrigir a legislação de 1933. Nós precisamos de facto de uma Constituição e o nosso povo deve pronunciar-se sobre ela. Simplesmente esta nova Constituição deve ser uma alavanca de progresso que ajude a projectar para a frente as conquistas já obtidas. Não poderíamos ter uma Constituição que não fosse de carácter progressista, que não inserisse as conquistas que já obtivemos em vários campos, no campo político apontemos os direitos políticos, no campo económico as nacionalizações por exemplo.

Portanto, não poderíamos ir perder, por via eleitoral, aquilo que tanto tem custado a ganhar ao povo português. Esse de resto, é o pensamento dos partidos políticos esclarecidos e progressivos e, portanto, essa Constituição terá em conta essas conquistas do Povo Português.

Eu penso que as eleições para a Assembleia Constituinte vão dar a vitó-

ria aos partidos progressistas e aos partidos que estão interessados com o Movimento das Forças Armadas na via socialista. Devemos ter bem presente que são duas coisas diferentes: a Assembleia Constituinte e o Governo Provisório. A Assembleia Constituinte tem uma determinada finalidade, é preciso que eles trabalhem nessa finalidade, e é preciso também que o Governo Provisório trabalhe na sua finalidade.

Conselho da revolução

Neste momento, como sabem, temos institucionalizado o Conselho da Revolução. Ele resultou, directamente, em oportunidade, dos acontecimentos de 11 de Março. Mas estava já, há muito mais tempo, no nosso pensamento. Essa ideia vinha sendo discutida bem como a data em que institucionalizaríamos o nosso Movimento.

A data foi apressada, precisamente, pelos acontecimentos de 11 de Março e o Conselho da Revolução já demonstrou o seu dinamismo ao tomar uma série de medidas de grande alcance histórico no desenvolvimento do nosso país.

O Conselho da Revolução estabelece, neste momento, as orientações gerais políticas, é nele que se centra o poder político e o poder militar, e o Governo conduz a política da Nação de harmonia com essas orientações gerais.

Este Governo é um Governo «de campanha», um Governo operativo, que tem uma missão definida a desempenhar — a de estabilizar, em primeiro lugar, a nossa economia e, depois, lançá-la na via de transição para o Socialismo.

Opção política do MFA

Sobre a opção política do MFA, ela é a generalizada das forças progressistas e patrióticas do nosso país. Pretendemos de facto, construir uma sociedade socialista, mas pensamos que o Socialismo não pode ser construído de um dia para o outro.

Temos de entrar numa via de transição.

Vamos ter uma economia de transição para o Socialismo. Não podemos dizer que vamos ter o socialismo daqui a tantos anos, porque isto é um processo que deve desenrolar-se à medida da consciencialização política e ideológica do nosso povo e à medida que sejam reunidas as condições concretas para dar os passos em frente nesse caminho.

Não há ninguém que, de boa-fé e honestamente, possa dizer: nós teremos o Socialismo em Portugal dentro de tantos anos. Tendemos de facto, para isso; é esse o nosso objectivo final mas devemos alcançá-lo com o mínimo

compromissos. Nós assumimos um compromisso para com as potências da NATO e respeitamo-lo como temos demonstrado depois do 25 de Abril. Só ao povo português cabe a última decisão do ponto de vista, de pertencer ou não à NATO. Isso não pertence ao Governo Provisório que, amarrado como está ao Programa do Movimento das Forças Armadas deve cumprir os compromissos assumidos pelo governo anterior ao 25 de Abril.

Também sabem que as forças verdadeiramente progressistas do mundo vêem-nos, a nós, como uma esperança de transformação da sociedade em que essas forças se inserem.



Um aspecto da conferência de imprensa do primeiro-ministro

de distúrbio e de convulsões possível. Pensamos mesmo que o nosso país reúne hoje condições que possibilitam caminhar nessa via, de modo pacífico, pois temos umas Forças Armadas progressistas, nitidamente ligadas ao Povo, temos condições para que essa marcha seja uma marcha pacífica.

Relações externas

É claro que a nossa revolução causa preocupação a muita gente, em Portugal e no estrangeiro. Não podemos dizer que tenhamos tido até agora ingerências externas no nosso processo. Nós não podemos dizer que haja interferências directas a nível diplomático. Tem havido, isso sim, expressão de preocupações, mas, propriamente interferências, não tem havido. De resto o que desejamos é que possamos caminhar em paz dentro deste processo: que nos deixem seguir a nossa via em paz.

Nós pensamos que devemos ser abertos a todos os povos do Mundo, devemos ser abertos às relações internacionais mais vastas possível.

Nós devemos procurar uma via de nítida independência nacional. Simultaneamente nós cumprimos os nossos

Economia

No aspecto económico devemos considerar dois planos: um plano de actuação de emergência, imediata, um plano de actuação a duas, três semanas. Penso que dentro de duas ou três semanas serão anunciadas as medidas de emergência a curto prazo e os trabalhos já elaborados pela nova equipa que trata dos problemas económicos. Começaremos por um programa nacional de emprego. Depois um programa relativo a preços e rendimentos, à estabilidade do custo de vida — à política de salários, uma política relativa a outros rendimentos que não sejam salários, como por exemplo os lucros, dividendos, etc., e às remunerações do sector público. Em terceiro lugar um programa agrário. Desejamos caminhar para uma reforma agrária em Portugal. Isso já foi afirmado pela Assembleia do MFA. Mas nós desejamos fazê-la com segurança.

Todas as pessoas conscientes sabem que fazer uma reforma agrária num país é complexo: há países que têm feito várias tentativas nesse sentido e vão substituindo sucessivamente umas reformas por outras.

Pensamos que a reforma já está iniciada — já aprovámos a lei do

arrendamento rural, que introduz substanciais modificações na agricultura do nosso país. Pensamos que se seguirão as leis sobre os baldios, sobre associações de utentes, sobre associações de agricultores; que é necessário encarar, logo à partida, o problema da comercialização e dos circuitos industriais, quer a montante, quer a jusante da agricultura.

Damos a prioridade à agricultura. Pensamos que a reforma agrária será elaborada ao longo do tempo, não deverá aparecer como um esquema muito bem desenhado e muito bem feitinho, porque a nossa vida é uma vida de actuação constante, permanente e quotidiana. Temos bem a consciência de que a agricultura, no sul do País, tem um aspecto e a agricultura no norte do País, tem outro aspecto.

E há uma coisa que eu desejo que fique bem na consciência de todos os presentes: é que nada será feito coercivamente em relação aos assalariados agrícolas, aos pequenos e médios agricultores. Tudo terá de ser obra de todos; mesmo todas as reformas que nós empreendamos terão de ser feitas com o Povo Português. Ele terá que ser o principal obreiro dessas reformas. Não são reformas de cúpula, reformas paternalistas, não são medidas que caiam do céu para o nosso povo as abraçar reconhecer e agradecer. Nada disto! Isto é uma construção colectiva e se o nosso povo não estivesse empenhado nesta construção, o 25 de Abril teria tido outro rumo.

O nosso povo está sincera e directamente empenhado nesta construção. É um agente activo do seu futuro. Por isso essa reforma agrária tem que ser também resultante da acção dos governantes e dos assalariados, dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores. Ela não aparecerá, portanto, como um esquema mágico. Ela será construída diariamente pelo Povo, pelas Forças Armadas, pelo Governo. Segue-se um programa de habitação. Depois, tenho aqui cinco: programa de controlo dos sectores básicos da indústria e a distribuição no tempo desse controlo; comércio externo; a seguir, um programa de transportes e comunicações; depois, finalmente, um programa de austeridade, cobrindo várias pastas.

Reforma agrária

Nós pensamos que é imperioso, primeiro, procurar resolver os problemas dos circuitos de comercialização e de industrialização a montante e a jusante da agricultura. Isto quer dizer: a montante, há o fornecimento das máquinas, dos sobresselentes, dos adubos, das sementes — enfim todo um mundo de problemas. A jusante há a colocação dos produtos, a instalação onde os produtos são conservados, há a comercialização, etc. Julgo que isto é um

primeiro passo muito importante, para que o maior rendimento do que é produzido na agricultura fique no sector agrícola e não seja desviado para outros sectores.

Por outro lado, nós devemos completar isto com medidas legislativas, no campo do arrendamento, no campo dos baldios, no campo das associações dos agricultores. Não devemos escamotear que há vários estratos sociais na agricultura, há os assalariados agrícolas, há os pequenos e médios agricultores, e há os latifundiários, há os rendeiros, etc.... ora as suas associações de classe devem adaptar-se a essas classes. Isto não significa que não deva existir colaboração entre os assalariados agrícolas, os pequenos e os médios agricultores.

Eu penso também que outro fim que devemos ter presente é o cooperativismo, mas o cooperativismo não é fácil de fazer com que seja abraçado imediatamente, até pelos próprios assalariados. É preciso ver que os quadros mentais dos nossos agricultores vêm de há centenas de anos. Se a gente, num certo período, os conseguiu transformar, foi feita uma obra formidável. A gente, quer dizer, eles próprios, uns aos outros, os mais esclarecidos aos menos esclarecidos. Nesse sentido é que eu falo no voluntariado. É claro que no Norte, sendo uma zona de pequena propriedade rural, nós devemos fomentar o associativismo, devemos fomentar as cooperativas, mas nós não podemos obrigar um fulano a entrar para uma cooperativa. Ele deve ser livre de entrar ou não entrar. Tem de ser com o exemplo com a prática dos outros que ele deve aprender. E, portanto, temos de fomentar o cooperativismo, mas nem por isso devemos deixar de apoiar os que não queiram ir para a cooperativa.

No Norte o caminho é sobretudo o associativismo, o das cooperativas, mas das autênticas, não daquelas que metem, ao mesmo tempo, os «tubarões» e os pequeninos que passavam a vida a trabalhar para os «tubarões». Não são dessas cooperativas de que nós falamos, mas sim daquelas em que todos os interesses sejam respeitados. E mesmo quando pensamos em cooperativas, nós pensamos que todo o proprietário leva para a cooperativa o que entende, e conserva o que entende.

Revolução cultural

Nós pensamos que, na medida em que formos transformando o nosso país, temos necessidade de fazer uma autêntica revolução cultural, modificar os quadros mentais do nosso povo, na medida que formos transformando este nosso próprio povo, o formos amadurecendo politicamente, vamos criando cada vez mais condições para que a contra-revolução não seja possível no nosso país.

Última hora:

Nacionalizações e reforma agrária

Por decisão do Conselho de Ministros, na primeira reunião plenária:

1 — Nacionalizadas as empresas dos sectores de electricidade, petróleo e transportes e congelados os preços de produtos alimentares;

2 — Reforma Agrária: vão ser expropriadas no sul do País as propriedades de sequeiro de área superior a 500 hectares e as propriedades rústicas irrigadas de área superior a 50 hectares.

O voto e a liberdade

Diz-se ser o voto uma arma do povo. Será uma arma do povo quando utilizado para defender o povo, as suas conquistas, o seu futuro democrático num caminho para o socialismo.

Nas sociedades onde as instituições políticas são parte integrante da vida de cidadãos que há pouco tempo coexistem com uma prática política o voto pode ser a expressão livre da vontade de uma nação. Analisando o caso português na sua caminhada para a construção de uma vida política, verificamos que chegou a altura de através do voto exprimirmos uma vontade. Que vontade será essa que um povo que durante séculos foi afastado de um exercício político normal, irá exprimir em 25 de Abril? Estará o povo português liberto dos seus opressores económicos? Estará o povo português livre das pressões ideológicas fascizantes? Estará o povo português apto a escolher fora da acção de uma Igreja ainda não integrada no processo da Revolução? Como irá reagir perante as campanhas maciças de propaganda levadas a cabo por mentores ideológicos que nada têm a ver com o povo? Saberá distinguir os partidos que irão alicerçar a sua implantação em verbas enormes, dos que não têm possibilidade de o fazer? Irá identificar uma campanha eleitoral aliciante e espectacular; com a defesa dos seus interesses?

São estas pois algumas questões que se põem quando se fala na vontade de um povo e na expressão dessa vontade através do voto.

Terão neste momento todos os portugueses uma ideia clara sobre as razões que o levarão a escolher determinado partido? Será traição que os portugueses neste momento não se sintam

aptos a votar?

Voltaremos ao tempo em que novamente o povo votará orientado pelos patrões, pelos demagogos, pelos falsos profetas?

É necessário deixar bem claro que quando se fala em eleições livres, não nos devemos referir apenas à liberdade física de votar, isto é à possibilidade de todos deitarem na urna o seu voto. A verdadeira liberdade de votar existe apenas quando esse direito for exercido sem pressões, conscientemente, na convicção que estamos a dar um passo importante na reconstrução e dignificação de nós próprios. Não devemos no entanto abdicar, mas não é crime, nem traição, votar em branco. Ao fazê-lo estamos a escolher, estamos livremente a dizer o que pensamos. É pois necessário deitar o voto na urna, mas esse voto pode ir em branco, isto é sem referência a qualquer partido, pois deste modo cumprimos o nosso dever de patriotas sem violentarmos a nossa consciência, nem possivelmente voltarmos essa arma contra nós próprios, seguindo aqueles que pretendem continuar a explorar a nossa ignorância política.

Neste período eleitoral onde os partidos políticos através de vários meios de comunicação social expõem as suas linhas políticas fundamentais, deverão os portugueses atentamente procurar esclarecer-se e vigilantemente tentarem seguir as manobras dos antigos servidores do fascismo, dos arautos do capitalismo e assim terem a possibilidade de fazerem um julgamento individual que lhes irá permitir votar, a menos que na dúvida prefiram participar e lutar com o voto em branco.

Boletim do MFA, 8-4-75

O Conselho da Revolução prevê a nacionalização de Indústrias, Transportes e Comunicações

O Conselho da Revolução analisou os trabalhos em curso no âmbito do Conselho Económico, relativos à preparação dos programas de medidas económicas de emergência, tendo definido as seguintes orientações gerais:

— É necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a construção socialista da economia é tarefa deles e para eles. Isto implica a afirmação clara do princípio de controlo organizado de produção pelos trabalhadores para objectivos de produção e eficiência, coordenados pelos órgãos centrais de planeamento segundo esquemas a definir com brevidade.

— É indispensável estabelecer uma limitação dos consumos a partir dum princípio de máximo nacional de rendimento disponível, extensível aos titulares de todos os rendimentos e não apenas ao trabalho por conta de outrem.

— Igualmente se torna indispensável garantir a contenção dos preços de bens essenciais, sobretudo alimentares.

— Deverão ser completados os passos já dados no sentido da nacionalização dos sectores básicos de actividade económica (indústria, transportes e comunicações).

— Deverá ser aplicado um programa progressivo de Reforma Agrária integrado num todo coerente de medidas de política económica.

— Verificadas as condições anteriores, será legítimo fazer apelo à mobilização dos trabalhadores para o emprego produtivo, mobilização necessária à construção da sociedade desejada pelo povo português.

Capital, 12-4-75

CAMPANHA NACIONAL

**EXIJA
fabricado
em Portugal**



Embuçados como bandidos que são, os homens da ELP falam

O ELP quer a Pide no poder

ELP — NEM MARCELO, NEM SPÍNOLA, NEM 25 DE ABRIL — O ELP falou. Pela boca de três mascarados que deram uma entrevista ao jornal madrileno *Arriba*. As suas palavras, em muitos aspectos, pouco trazem de novo. É uma linguagem que se conhece, há muito, neste país. A dos que consideram que o regime de Marcelo Caetano era uma «falência total». Portanto, rejeitada, pelo menos aparentemente, qualquer hipótese de «regresso» a 24 de Abril. Que desejam, quem desejam, então? Spínola? Não. Para o ELP Spínola protagonizou a «tragicomédia»

Prazo de 60 dias para arrendamento de casas de habitação. Fixadas penas para ocupações ilegais

Os fogos de habitação que não forem arrendados no prazo de 60 dias serão considerados devolutos, de acordo com o disposto num decreto-lei ontem apreciado em Conselho de Ministros restrito.

Anteriormente, o prazo de arrendamento era de 120 dias.

O referido projecto de decreto-lei diz respeito à ocupação ilegal de fogos de habitação e fixa penas «para todo aquele que, em infracção a este diploma, vier a ocupar qualquer fogo destinado a habitação, assim como qualquer loja, armazém ou dependência de prédio urbano, ainda que em construção,

de 11 de Março, com a qual a organização diz nada ter a ver. Mas há mais... Para o ELP, o ex-general «apoiou, com o seu nome e prestígio, quantos atraíram Portugal». Nada de Spínola, portanto. Que desejam assim estes mascarados? «A restauração» do que chamam «Unidade Nacional», Portugal», por eles considerada como «destruída» pela «subversão marxista»; e pasme-se, «a libertação da cultura!» Por certo, o mesmo tipo de «libertação» que Hitler e outros que tal executaram e, ainda, executam. Dizem pretender construir «uma sociedade renovada e moderna». Uma sociedade «renovada», sem dúvida, pelo terrorismo, pela repressão, por uma qualquer nova PIDE-GESTAPO?

Diário de Notícias 9-4-75

seja qual for o seu destino».

O Conselho de Ministros restrito reuniu-se juntamente com os ministros do Equipamento Social e Ambiente, Justiça e Administração Interna. Como é do conhecimento público, de acordo com o regulamento do Conselho de Ministros restrito, aquele diploma deverá ser agora apreciado pelos restantes ministros do IV Governo Provisório, após o que, uma vez aprovado por maioria ou unanimidade, se converterá em decreto-lei.

Na sua sessão de ontem, presidida pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, o Conselho aprovou ainda «um projecto de decreto-lei sobre fogos sobreocupados e sublocação, aplicável apenas no concelho do Porto e que visa pôr cobro à especulação levada a efeito por intermediários, sem qualquer justificação de natureza jurídica ou moral, que se verifica naquela zona urbana».

Diário Popular, 10-4-75



Manuel da Fonseca, grande poeta, é também um dos grandes romancistas da literatura portuguesa. Muitos críticos e leitores consideram, porém, que é no conto que ele melhor exprime o seu talento.

Já apresentámos alguma da sua poesia. Hoje, publicamos o seu conto *O Retrato* extraído do livro *O Fogo e as Cinzas*.

Manuel da Fonseca, que nasceu em Santiago do Cacém, em 1911, e que veio à literatura após ter feito estudos secundários e ter trabalhado no comércio e na indústria, é um escritor do Alentejo — onde nasceu — e das figuras que povoam esse mundo alentejano, que descreve com a verdade e a generosidade que caracterizou uma geração de escritores a que se convencionou chamar neo-realista — homens e artistas profundamente comprometidos com as lutas e os sofrimentos do povo português, por quem empenharam não só a sua arte, mas também a sua vida.

Escritor do povo e para o povo, Manuel da Fonseca não poderá deixar de interessar os leitores desta revista: que devem, para além desta leitura, procurar outras possíveis do mesmo autor, bem como de todos a quantos nos referirmos ou publicarmos.

O RETRATO

por Manuel da Fonseca

Certa manhã, meu pai ordenou-me inesperadamente:

— Diz a tua mãe que te vista o fato novo para ires tirar o retrato.

Admirei-me:

— Mas hoje não é o dia dos meus anos ...

— Pois não. Mas lá em Beja precisam de dois retratos teus. É para te identificarem.

— Identificarem?

— Sim. Para saberem que és tu e não outro.

— Não percebo — recomecei, desconfiado. — Como podem eles supor que vai outro em meu lugar?

Daqui por diante, a conversa complicou-se de tal modo que meu pai perdeu a serenidade; gritou-me:

— Faz o que te digo, rapaz!

Fiz. Nada mais havia a replicar quando meu pai me chamava rapaz. Era uma regra que, à custa de alguns sopapos, eu acabara por introduzir nas nossas

relações. Respeitando a regra, fui, pois, a minha mãe que me vestiu de ponto em branco.

Daí a pouco, com grande escândalo dos meus amigos, passei pelo largo, a caminho de casa do senhor Rodrigo. Passei vestido «à mamã», expressão que entre nós designava não apenas, o fato mas certos rapazitos, medrosos e tímidos, quase sempre vestidos daquele modo e que por isso achávamos que não sabiam brincar nem prestavam para nada. A peça de roupa que mais caracterizava um «mamã» era o colarinho gomado aberto sobre o casaco e tapando-o até aos ombros. E eu, tido e respeitado como um rapaz às direitas, lá ia de enorme colarinho de goma, ao lado de meu pai.

Nem olhava para ninguém.

E, ainda hoje, após tantos anos, sinto vergonha. Não já pela gola, mas pelo rosto de estarecido espanto com que fiquei no retrato.

As coisas são como são — não temos que nos queixar. A horrível fotografia aí está na primeira folha da minha caderneta de aluno do liceu. Sempre é um documento que gostamos de mostrar às pessoas conhecidas, e eu estou impedido de fazê-lo. Não quero que vejam aquela cara. Principalmente depois que, por um acaso infeliz, Dêlinha, a rapariga que eu amo, a folheou:

— Como tu eras...! — exclamou ela, surpreendida.

Ora esta impressão a meu respeito não corresponde à verdade. A culpa de tudo foi de eu ter crescido muito, de ter ido a Beja fazer exame e de o senhor Rodrigo, o fotógrafo, viver uma vida de loucos sobressaltados. Foi isso e mais nada. Daí, o espanto que ficou na minha fotografia tirada no momento preciso, em que se desencadeou qualquer coisa como um terramoto, e a mim me pareceu que tudo se ia modificar na face da Terra.

De facto, as coisas modificaram-se; depois que entrei para o liceu, o mundo deixou de ser o que era. Tornou-se imenso e agreste. E, como agora já não posso reviver os doces dias da infância, aborrece-me a desolada expressão com que a abandonei. Mas basta olhar o retrato para ver quanto é triste deixar de ser criança.

Fui, pois, fazer exame a Beja. Ao terminar, todos acharam que sim, que ficara bem. A professora disse:

— Apenas erraste duas coisas. Mas não deve ter importância ...

Meu pai, que me acompanhou, foi da opinião que eu podia ter respondido certo. Repetiu as perguntas, e eu respondi certo.

— Ora vêes como sabias? Hum... acho que te não vão reprovar por isso ...

Estava pois assente que eu ficara bem. Mas só quando daí a um imenso quarto de hora afixaram os resultados, desapareceu de vez aquele retraimento que pesava sobre nós. A professora beijou-me, exclamando:

— Eu não disse! Pois claro que foi um belo exame! Só tiveste um defeito: falaste demasiado, nunca te calavas. Olha que quem muito fala ... Mas, enfim, já podes entrar para o liceu.

Meu pai passava-me os dedos pelo cabelo. Pusera-se muito sério e pálido. Só então vi quanto era profunda a sua alegria; tive vontade de chorar. Subitamente, ele disse, erguendo a mão:

— Vou mandar um telegrama!

E correu para a estação.

Ao ver-me rodeado de caras risonhas, os dias anteriores, tão enervantes e difíceis, perderam o sentido. Da minha memória desapareceram as regras da Gramática, os problemas, os rios, as linhas dos comboios e as grandes figuras históricas. E as guerras, com datas e heróis, decorados um a um, sumiram-se-me da cabeça. Senti-me límpido e feliz, de novo criança. A vida era bela, e diante de mim abriam-se caminhos radiosos: ia voltar a ser um pequeno rei na minha vila.

Como estava bem longe de pensar que, meses depois, uma grande tristeza me assombraria!

Sáímos de Beja na manhã seguinte. Estrada fora, olhando através da janela do carro para a imensidão dos plainos, reparei que o mundo era bem maior do que eu imaginava. E a Geografia, que tanto trabalho me dera a decorar, começou a ter para mim um certo jeito de coisa, afinal, verdadeira. «Talvez que a Terra seja redonda, e tão grande como o livro diz», pensei eu, resignado.

Quando chegámos, minha mãe chorou; a avó comoveu-se um pouco. Depois, apesar de os dias correrem, todos os meus falavam ainda do exame e de Beja. Mas falavam de tal modo que, por fim, me pareceu que era meu pai, minha mãe e a avó que iam para o liceu cursar o primeiro ano. Cá por mim só pensava no jogo da bola e nas correrias pelo largo.

Veio pois aquela manhã, quase no fim do Verão, em que meu pai me levou a casa do senhor Rodrigo. Até aí, eu só tirara retratos no dia do meu aniversário. Meu pai escrevia a data na parte de trás; dava um à avó outro aos meus padrinhos, e guardava os restantes. Às vezes, mostrava-os às visitas. Eram todos eu, desde a idade dos cueiros até ao horrível colarinho de goma, tirado no ano anterior. Em nenhum havia nada de especial: apenas a cara que eu tinha quando os tirei. Agora, ia para Beja, para longe da família; meu pai já me tinha dito várias vezes que a minha vida ia levar uma grande volta, que estava um homenzinho e tinha de proceder de outro modo: passar a ter juízo.

Ter juízo! Naquele mesmo instante, rua fora, me ia repetindo tais palavras. Claro que eu não caminhava com o à-vontade do costume; o fato vincado e a gola dura em volta do pescoço faziam-me caminhar contrafeito. Tinha de conservar o tronco hirto, de modo a adaptar o corpo à solenidade do vestuário.

— Pai ... — murmurei eu — lá em Beja tenho de andar sempre assim?

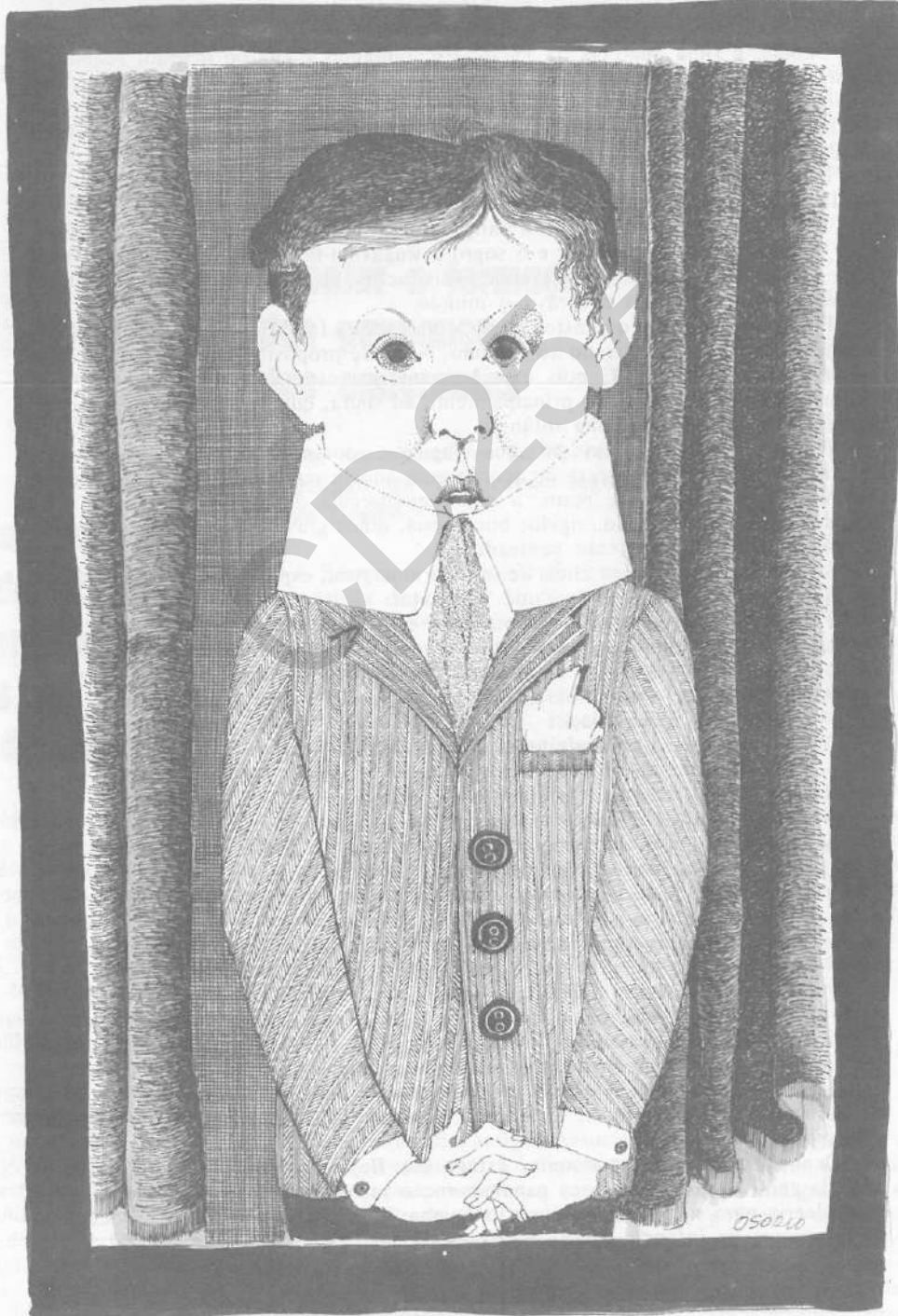
— Pois claro que tens!

Pensei ainda repetir a pergunta de modo a saber se, além de andar daquela maneira, teria que vestir sempre aquele fato. Mas achei inútil. Pois não ia eu para o liceu, não ia eu tirar o retrato para que gente estranha visse bem se era eu ou não o tal que já era um homenzinho e estava em Beja, distante de tudo que me era querido, e cheio de juízo?

Entrei com graves suspeitas em casa do fotógrafo.

Na verdade, o senhor Rodrigo ia tirar o retrato ao fim da minha infância. Era como se alguma parte de mim morresse, e a fotografia viesse a ser o meu rosto nesse momento de morte. Tudo isto, mais o que depois aconteceu, foi a origem daquela expressão que tanto alarmou Dêlinha. Felizmente que há coisas que se podem remediar; e eu creio ter apagado já da memória da minha noiva a desgraçada imagem dos meus últimos dias de menino.

O senhor Rodrigo recebeu-me com cara de poucos amigos, que era a que tinha para quem quer que fosse. Alto e magro, de bigode com as pontas reviradas para



cima, os olhos abriam-se-lhe desmesuradamente por detrás dos óculos de aros de ouro, e o rosto envelhecido, parecia sempre carregado de espanto e de ira contra tudo que via à sua volta. Falava aos gritos, abrindo ainda mais, se é possível, os olhos negros e redondos.

Tinha chegado à vila, havia muitos anos, com uma máquina fotográfica às costas. Ia a casamentos, a baptizados e às feiras. Um dia, tais manobras fez em volta da máquina e por debaixo do enorme pano preto ao fotografar, de corpo inteiro, a família do lavrador da Chancuda, que a filha deste ficou apaixonada. Casaram. E, quando o senhor Rodrigo já estava habituado a viver dos rendimentos do sogro, o lavrador e a filha enlouqueceram quase ao mesmo tempo. Foi a avarenta da sogra quem passou a mandar em tudo. E que mão de ferro ela-tinha!

Desde aí a vida do senhor Rodrigo transformou-se num inferno. Pai e filha levavam o tempo a fazer tropelias. Partiam loiça, móveis; corriam pela casa, atirando cadeiras ao chão. Só depois de muito cansados se aquietavam. Então, adquiriram a expressão, entre medrosa e inocente, de duas pobres crianças que apenas haviam andado a divertir-se um pouco. Mas quando o senhor Rodrigo pensava que ia passar o resto do dia em sossego, recomeçavam as correrias, os desatinos. Muita vez vi o lavrador da Chanouda, de grandes suíças brancas, a cantar alegremente, à janela:

«Oh Rodrigo, com quem dormes tu?»

Depois, a filha aparecia na varanda e, imitando a voz do marido, acabava o verso. E riam com tanto gosto, na cara do senhor Rodrigo, que nem pareciam doidos. Também a vila achava imensa graça àquela cantiga. O senhor Rodrigo, esse esfalfava-se, correndo o dia inteiro atrás da mulher e do sogro, a fechar portas e janelas. De vergonha, quase que não saía à rua.

Insensível a tudo, a sogra recebia os feitores, dava-lhes ordens, e arrecadava os dinheiros a sete chaves.

Teve de voltar, desalentado, à antiga profissão, o fotógrafo. E lá ia esperando. Mas os anos corriam, a mulher e o sogro estragavam-lhe os dias, e a sogra parecia cada vez mais fresca e cheia de saúde. Tais factos, por certo, influíram na maneira como o senhor Rodrigo encarava o mundo.

Posto isto, reparem que estou sentado na cadeira fatídica, diante da complicada máquina cujo fole foi esticado ao máximo, como de propósito para não perder nada da minha atrapalhão. É pois este homem, que espera com raiva a morte da mulher, do sogro e da sogra, principalmente da sogra, quem vai, sem se aperceber, fotografar a morte da minha infância...

Ponho-me quieto, não há que fugir, e componho uma expressão de circunstância. Assim uma cara de acordo com aquela serenidade que meu pai exige de mim, lá em Beja. De resto, a goma endurecida da gola facilita muito esta atitude; um ar formalizado, rígido; boca séria, olhos graves. Até o cabelo, sempre revoltado, está cuidadosamente penteado.

Sou, pois, uma criança cheia de infinita amargura, especada e sem jeito, diante do olho redondo e sinistro que me vai matar.

Ferozmente, o senhor Rodrigo analisa-me. Acima de tudo, ele é um artista que não consente que qualquer fedelho o deixe mal colocado. Quase nem respiro. O senhor Rodrigo avança para mim; torce-me a cabeça com dureza, puxa-me o queixo, empurra-me a testa para trás. Recua, e ordena-me brutalmente:

— Sorria com naturalidade!

Sucumbi num esgar contrafeito de choro. Mas o senhor Rodrigo exclamou:

— Exactamente! Quietamente! Olhe para aqui!

Revirei os olhos, numa agonia.

— Um...! Dois...! Três!

Nesse momento, tive a impressão que a casa desabava: o estuque caiu do tecto, numa chuva branca; um ruído enorme abanou as paredes — oscilei na cadeira, como se fosse cair para sempre. Ouvia-se uma correria desordenada, gritos, patadas contra o soalho, risos dementes.

— Já está! berrou num nervosismo feroz o senhor Rodrigo, avançando para mim.

Pulei da cadeira, e sai dali tão desnorteado que mal ouvi meu pai desculpar os «pobres de Deus», como ele chamou à mulher e ao sogro do fotógrafo.

Por muito tempo, andei sorumbático, alheado. Ao chegar a hora da partida, senti que me afastavam de tudo quanto amava; já longe, no alto das Cumiadas, voltei-me para as casas, para o largo, para as estradas em volta da vila. Os olhos arrasaram-se-me de lágrimas, e chorei longamente. Chorei como se nunca mais voltasse.

Depois, quando dei por mim, estava em Beja, sozinho, estranho no meio daquela gente, e os professores gabavam-me o juízo e a aplicação ao estudo. Foi uma alegria para meus pais. Dela não participei, pois não podia esquecer os meus amigos de infância, livres e felizes, lá no largo!

Trabalhadores vão controlar a produção

«É necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a construção socialista da economia é tarefa deles e para eles», definiu o Conselho da Revolução na sua longa reunião terminada na última sexta-feira de madrugada no Palácio de Belém, e cujo relato circunstanciado só no sábado foi divulgado aos órgãos da Informação. «Isto», lê-se também no texto, «implica a afirmação clara do princípio de controlo organizado de produção pelos trabalhadores para objectivos de produção e eficiência, coordenados pelos órgãos centrais de planeamento segundo esquemas a definir com brevidade.»

O Conselho debruçou-se também sobre os problemas da limitação de consumos, contenção dos preços de bens essenciais (sobretudo alimentares), nacionalização dos sectores básicos (indústria, transportes e comunicações) e reforma agrária (para a qual se esboça um programa progressivo), concluindo ser «legítimo» fazer um apelo à mobilização dos trabalhadores para o «emprego produtivo»

Diário de Lisboa, 12-4-75

Posição da Secretaria de Estado da Emigração quanto a problemas decorrentes da ocupação de casas

Face aos repetidos casos de ocupação de habitações que, um pouco por toda a parte, se têm verificado — algumas vezes em condições que até determinavam por parte das competentes autoridades tomadas de posição que, em princípio, as reprovam — não pode a Secretaria de Estado da Emigração deixar de dirigir à opinião pública, em geral, as considerações que passam a expor-se.

Obviamente forçados a abandonarem o País mas no antecipado propósito de a ele regressarem na primeira oportunidade, ninguém ignora o facto de se encontrarem no estrangeiro largos milhares de trabalhadores portugueses que para ali se dirigiram na humana intenção de conseguirem melhorar o seu nível de vida. Sucede que alguns deles, já antes de partirem haviam

resolvido o seu problema habitacional e que outros, até em resultado, da melhor retribuição lá fora conseguida em troca da sua força de trabalho, puderam com sacrifício amealhar capitais que destinaram à aquisição da casa que é seu desejo habitar quando ao País regressarem.

Num e noutro caso, e pelo tempo em que no estrangeiro permaneçam, é evidente que se trata de habitações ao longo desse período devolutas mas pelos seus proprietários destinadas à satisfação de necessidades tão legítimas como as de quantos se têm empenhado na ocupação de locais onde possam viver. E não fará sentido, com certeza, que essa ocupação se faça indiscriminadamente de modo a pôr em risco a justa expectativa e os direitos de quantos, a título provisório as não podem utilizar, tão-só pela razão de noutras terras se encontrarem, lá procurando melhorar o seu padrão de vida.

É para a eventualidade de tais riscos que se alerta a opinião do público em geral, confiantes em que o bom senso prevaleça no delicado confronto de interesses paralelos.

Orientar a formação das poupanças dos emigrantes

— um dos objectivos da Secretaria de Estado da Emigração segundo Pedro Coelho.

«A Secretaria de Estado da Emigração, criada depois do 25 de Abril em substituição do antigo Secretariado Nacional, desenvolve hoje uma acção importante na elaboração e desenvolvimento da política de emigração portuguesa. Além de funções específicas, como o fornecimento de passaportes e a execução de acções de apoio junto dos emigrantes, desempenha também uma função activa nos campos da informação, ensino da língua portuguesa aos filhos dos residentes no estrangeiro, e na orientação da formação de poupanças dos emigrantes de modo que se transformem em remessas de divisas e beneficiem, realmente, em primeiro lugar, os próprios emigrantes e, em segundo lugar, o País» — declarou, em entrevista à ANI o secretário de Estado da Emigração, Pedro Coelho, que desempenha essas funções desde Junho de 1974.

Ex-dirigente da antiga Associação Socialista Portuguesa, foi depois membro da comissão política e secretário-geral adjunto do Partido Socialista, cargo de que se demitiu quando do regresso a Portugal de Mário Soares.

Na sua entrevista, o eng.º Pedro Coelho referiu a acção desenvolvida

pela sua Secretaria de Estado ao longo destes meses, nomeadamente no respeitante à defesa dos interesses dos emigrantes portugueses, no campo da Previdência Social e da Educação. Quanto à Educação, considerado um problema bastante grave, Pedro Coelho afirmou que «se está a proceder a uma acção, conjuntamente com o MEC, a fim de mobilizar todos os professores do ensino básico, e de se dar mais expansão aos cursos e se proceder a uma maior animação cultural junto dos pais das crianças».

Informação para emigrantes

Interrogado sobre a posição da sua Secretaria de Estado face às acusações feitas a muitas embaixadas e consulados portugueses nas suas relações com os emigrantes, Pedro Coelho disse:

«Registamos, de uma maneira geral, todas as reclamações que existem quer em relação às embaixadas quer aos consulados, como até dos seus próprios serviços, e de outros serviços de outros ministérios, e fazemos normalmente seguir essas reclamações para os departamentos respectivos. Quanto ao problema de fundo, pensamos que as estruturas portuguesas no exterior devem ser profundamente modificadas e que os funcionários devem ter directrizes concretas sobre uma nova forma de encarar os problemas que lhes são apresentados.»

Considerou, a seguir, Pedro Coelho a acção desenvolvida no sentido de fornecer aos emigrantes uma informação verdadeira sobre o que se passa em Portugal, contrabalançando a informação tantas vezes deformada de certa imprensa europeia e americana. «É condenável — disse — que órgãos de Informação que durante o fascismo foram sempre moderados ao comentarem os crimes que se praticavam diariamente neste país, venham agora com preocupações em relação às liberdades portuguesas, quando na realidade elas estão a ser efectivadas.»

Para contrabalançar essa informação, a Secretaria de Estado dispõe já de uma revista, «25 de Abril», no sector da Rádio, dispõe de uma emissão semanal de meia hora, para a Europa, além de um pequeno programa de cinco a sete minutos, nos intervalos dos relatos dos desafios de futebol transmitidos pela EN.

Retorno de emigrantes

Mais adiante, Pedro Coelho afirmou não haver neste momento, um retorno dos emigrantes, excepto os exilados políticos, os refractários e os desertores que voltaram às fileiras do Exército, e acrescentou que «temos garantias da parte particularmente do Governo francês e do Governo alemão, de que

não se registará um retorno compulsivo dos portugueses e que eles terão as mesmas regalias, no caso de haver desemprego generalizado, que os trabalhadores locais».

No entanto, acrescentou, para obviar a um possível retorno de emigrantes, foi criada, há cerca de duas semanas uma estrutura destinada a enfrentar o problema — o chamado Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais (IARN) — virada para os possíveis retornados de África.

Por último, interrogado sobre quanto tempo mais Portugal necessitará de exportar mão-de-obra, Pedro Coelho afirmou que «a perspectiva programática do MFA consiste em criar condições no País para que, primeiro, os trabalhadores portugueses, os cidadãos portugueses, se fixem em território nacional e, segundo, que eles possam começar a poder retornar. Isto está intimamente ligado com a capacidade de dinamização económica que a democracia portuguesa conseguir imprimir ao País. Penso que as perspectivas são boas, apesar de sabermos, numa perspectiva realista, que vamos atravessar momentos difíceis da nossa vida económica. Momentos difíceis que resultam da herança fascista. Mas, passando esta fase de transição, em que todos temos de fazer sacrifícios e em que aqueles que vivem muito bem terão de viver um bocadinho menos bem para permitir que o País se desenvolva e para que aqueles que viviam muito mal, que eram a maioria, possam viver melhor, abrem-se perspectivas novas para o País».

República, 12-4-75

Pacto MFA-Partidos assinado no dia 11 de Abril último

O pacto-plataforma proposto pelo MFA aos partidos concorrentes às eleições para a Assembleia Legislativa foi assinado «solenemente», no dia 11 último entre a entidade proponente e as forças políticas que se tenham definido como «autenticamente democráticas e empenhadas sinceramente no cumprimento do programa do MFA».

Até agora definiram posição relativamente ao pacto diversas forças em presença, tendo algumas delas recusado a assinatura. Incluem-se, entre estas, algumas consideradas, «latu sensu», como de extrema-esquerda, cujas características foram apreciadas pelo brigadeiro Vasco Gonçalves na sua última conferência de Imprensa. Outras consideraram não verem necessidade em assinar o documento para que a sua atitude fosse de apoio aos «sectores mais progressistas do MFA».

Capital, 10-4-75

Porque sobem os preços?

Responde Pitacas Antunes, da Direcção - Geral da Fiscalização Económica



Temos que ser vigilantes quando compramos e vigilantes quando produzimos

Muitos dos nossos leitores têm-nos posto perguntas muito concretas sobre alguns problemas da nossa vida económica. Procurando achar sempre resposta para todas as questões que nos forem levantadas, fomos solicitar a Pitacas Antunes, da Direcção-Geral de Fiscalização Económica, os esclarecimentos pedidos.

CdP — *Uma das coisas que tem preocupado os nossos leitores é o facto de antes do 25 de Abril os preços aumentarem na ordem dos \$50, e depois do 25 de Abril se assistir a aumentos na ordem dos \$500 e 10\$00. Qual é a explicação deste facto?*

Pitacas Antunes — Não foi só em Portugal que os produtos ultimamente subiram muito, isso verificou-se em toda a Europa, devido à inflação, que atingiu todo o mundo capitalista. Em relação a Portugal, e no que respeita aos produtos agrícolas, havia uma camada de indivíduos que não trabalhavam isto é, negociantes, que estavam muito mais interessados no antigo regime, que lhes garantia os seus lucros. Esses indivíduos actuavam de um modo especulativo, roubando os produtores, roubando os consumidores e aboatando-se com lucros exorbitantes. Essas pessoas continuam a comprar cada vez mais barato os produtos ao agricultor; por outro lado, e o que vocês talvez ignorem, é que muitos desses produtos são depois deitados fora, en-

terrados ou destruídos, provocando uma falta desses mesmos produtos no mercado, e um consequente aumento dos preços. Portanto, certos aumentos de preços são só devidos a manobras especulativas, a que as autoridades, só por si não podem pôr cobro. Tem que ser o povo a estabelecer as suas relações de compra e de venda, de modo a que esses sectores parasitas sejam eliminados.

Só para verem um exemplo, na terra onde ultimamente tenho ido trabalhar com os agricultores, eles vendiam couves de 3 e 4 quilos a 1\$00 cada uma. Unidos em cooperativas, eles têm hipótese de as vender até 2\$50 o quilo, portanto essas couves de 4 kg custariam 8\$00. Essa mesma couve será vendida no mercado ao consumidor, contando já com a margem de comercialização, a 9\$50 ou a 10\$00, enquanto anteriormente apresentavam valores entre 1\$50 e 20\$00. De 1\$00, o agricultor passaria a ganhar 8\$00, e o consumidor, de 15\$00 passaria a pagar 10\$00. Nós tentamos fazer baixar os preços dos produtos através da racionalização dos circuitos de comercialização, pois geralmente, quando os produtos aumentam, não é o Estado o responsável, mas os intermediários.

A maneira de lutar já contra a especulação e a subida dos preços é:

- Controlarmos preços e qualidades quando compramos;
- Estarmos vigilantes nos circuitos de comercialização pelo não enca-

recimento dos produtos pelos intermediários;

— E quando inseridos no processo de fabricação, controlarmos a qualidade, os preços e a própria produção.

Quanto aos produtos que vêm do estrangeiro, que nós importamos, pois aí a nossa dependência obriga-nos a comprar esses produtos pelo preço a que estiverem a ser vendidos lá fora. Aí não podemos fazer nada. Alguns dos preços de produtos que estão a ser praticados agora, ainda são inferiores ao preço por que foram comprados no estrangeiro. Como por exemplo o caso do açúcar, que actualmente custa ao Estado, no mercado internacional, 27\$00 o quilo e que está a ser vendido em Portugal a 22\$50.

CdP — Os pequenos agricultores da Guarda queixam-se das manobras dos intermediários que especulam com o preço da batata, principal género dessa região. Como se tem feito sentir a intervenção das autoridades governamentais?

Pitacas Antunes — A Junta Nacional das Frutas comprava durante um certo prazo na actual campanha, todas as batatas que tinham os produtores, por determinados preços. Qualidade *Desirée* 3\$30 o quilo; *Arran-Banner* 2\$90, outras variedades 3\$10.



Pitacas Antunes: O açúcar custa ao Estado 27\$00 e está a ser vendido a 22\$50

A finalidade das Juntas era interferir no mercado sempre que houvesse um desequilíbrio, mas como os preços que a JNF praticava eram sempre inferiores aos preços normais, a Junta não funcionava, como não funcionavam as outras Juntas, como a Junta Nacional dos Vinhos e a Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

Actualmente as Juntas têm procurado actualizar os seus preços de compra de modo a torná-los mais atractivos para o produtor. Os valores que citei há pouco para o caso da batata são exemplo disso.

A compra da batata foi uma resolu-

ção tomada quase de imediato, por preços a que a JNF achou justos, para acudir à difícil situação dos pequenos agricultores que não tinham escoamento para os seus produtos e para os livrar das redes de intermediários e de negociantes que lhes procuravam comprar a batata a preços francamente especulativos. O grande produtor não tem estes problemas, pois está integrado em circuitos de comercialização e de transformação, tem garantia de escoamento para a sua produção e especula ainda na compra da produção aos pequenos agricultores.

A Junta estipulou preços diferentes conforme as qualidades de batata, pois poderia haver uma injustiça de se pagar mais caro a uns produtores do que a outros, só em função da situação geográfica que ocupassem. Agora de qual modo parece-me que aí está mais uma razão para as pessoas se unirem. Um indivíduo sozinho naturalmente não poderia alugar uma camioneta para transportar as suas batatas, mas ele com os vizinhos da terra poderiam em vez de uma, mandar 4 ou 5 camionetas ou mandar um comboio de batatas. É claro que isto é uma solução que a JNF procurou apresentar para o momento presente, quando de facto, a solução de futuro serão as associações de pequenos e médios produtores. Associações que estão a ser fomentadas pelo Instituto de Reorganização Agrária (IRA).

É bom que se note, que as associações lhes pertencem, são dos pequenos agricultores. Dantes é que não era assim, as associações eram só sociedades comerciais que serviam só para explorar as pessoas.

Os pequenos agricultores associando-se, têm direito a comprar os adubos, pesticidas, etc., ao preço de fábrica, para acabar com todos os intermediários até aos agricultores; se não se associarem têm o direito ao crédito, que no caso dos adubos e pesticidas é concedido por 9 meses, que é o tempo que deve levar uma seara até ficar colhida e vendida.

Muitas pessoas não venderam batatas à JNF, umas por ignorarem, outras por dificuldades de transporte, outras ainda porque não se habituaram a encarar em moldes novos de funcionamento e completamente reestruturada a JNF e pensam que ela funciona como antes do 25 de Abril.

Por agora, queríamos só dizer aos nossos amigos que entrassem em contacto com o Instituto de Reorganização Agrária (IRA), ou se dirijam aqui para nós na Direcção-Geral de Fiscalização Económica ou ao *Correio do Povo*, e que digam que estão interessados em constituir uma cooperativa e nós mandamos lá técnicos para lhes dizer os passos que devem dar para que a sua cooperativa se torne uma realidade. Instituto de Reorganização Agrária
Rua Rodrigo da Fonseca, 41
LISBOA I

Propaganda Eleitoral

Rádio

Tempo de antena destinado a propaganda eleitoral:

Emissora Nacional — das 19 às 20 e 30; Rádio Clube Português — das 14 e 30 às 15 e das 22 e 30 às 24; Rádio Renascença — das 10 às 10 e 30 e das 22 e 30 às 23.

Televisão

Tempos destinados pela RTP para a propaganda partidária:

Dia 17 de Abril, quinta-feira, das 13.20 às 13.25, PPD; das 13.25 às 13.30, PCP; depois do telejornal da noite, por esta ordem: FEC, PCP e MES.

Dia 18 de Abril, sexta-feira, das 13.20 às 13.25, MDP; das 13.25 às 13.30, UDP; depois do telejornal da noite, por esta ordem: CDS, FSP e PS.

Dia 19 de Abril, sábado, das 13.20 às 13.25, MES; das 13.25 às 13.30, CDS; depois do telejornal da noite, por esta ordem: PPD, PS e PPM.

Dia 20 de Abril, domingo, depois do telejornal da noite, por esta ordem: CDS, MDP e UDP.

Dia 21 de Abril, segunda-feira, das 13.20 às 13.25, FEC; das 13.25 às 13.30, PPD; depois do telejornal da noite, por esta ordem: MES, FEC e PPD.

Dia 22 de Abril, terça-feira, das 13.20 às 13.25, CDS; das 13.25 às 13.30, UDP; depois do telejornal da noite, por esta ordem: PS, MES e PCP.

Dia 23 de Abril, quarta-feira, das 13.20 às 13.25, CDS; das 13.25 às 13.30, MDP; depois do telejornal da noite, por esta ordem: PPM, PUP e CDS.

Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta, a *O Correio do Povo*, Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa 2.



Fase da reunião da Assembleia do MFA

Reconhecer e consagrar a opção Socialista da Revolução Portuguesa iniciada em 25 de Abril

— Propósito manifestado na assembleia do MFA

Reuniu, pela primeira vez, depois da sessão de emergência que decorreu na noite de 11 para 12 de Março, após terem sido superadas as dificuldades surgidas com o evoluir dos acontecimentos daquele dia, a Assembleia do MFA («Assembleia dos 200»), agora com nova constituição, entretanto alicerçada, pois engloba, além dos oficiais do quadro permanente, oficiais do quadro de complemento (milicianos) e, ainda, sargentos e praças, deixando de ter, portanto, um carácter elitista, que dava motivo à formulação de comentários pouco favoráveis, particularmente, por parte das forças que desejavam outra fórmula para o desenvolvimento do processo revolucionário que se operava no País.

Fazer o ponto da actual situação política e dar conhecimento das respostas dos diferentes partidos políticos ao Pacto proposto pelo MFA seria o objectivo da reunião dos representantes dos três ramos das Forças Armadas, no anfiteatro do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, na Cova da Moura, e cujos trabalhos foram presididos pelo general Costa Gomes, que se encontrava acompanhado, na mesa da presidência pelos seguintes membros do Conselho da Revolução: brigadeiro Saraiva de Carvalho, general Lopes Pires, general Pinho Freire, general Mendes Dias, vice-almirante Pinheiro de Azevedo, brigadeiro Vasco Gonçalves, general Carlos Fabião, vice-almirante Rosa Coutinho, capitão Vasco Lourenço e capitão Sousa e Castro.

Mensagem dirigida ao País

Antes do início dos trabalhos, às 10 horas, foi fornecido o texto de uma mensagem ao País da Assembleia do MFA, aprovado por unanimidade e cujo teor é o seguinte:

«A clarificação da situação político-militar procedente do abortado golpe

contra-revolucionário de 11 de Março permitiu constituir em novos moldes a assembleia do MFA, incluindo nela representantes de todos os grupos hierárquicos existentes nas Forças Armadas (oficiais, sargentos e praças — tanto do QP como do QC).

O número limitado de elementos, que necessariamente integram um órgão desta natureza, exclui do seu seio muitos e valiosos elementos do MFA espalhados por todo o País e que muito estão a contribuir para a consolidação e desenvolvimento do processo iniciado em 25 de Abril principalmente através da sua actividade de esclarecimento e acção disciplinadora nas unidades e estabelecimentos militares.

Os elementos que constituem a Assembleia do MFA designados de acordo com as funções que desempenham e tendo em atenção locais onde prestam serviço, cobrem todas as actividades diárias militares e político-administrativas, permitindo portanto a ligação permanente dos órgãos directivos do MFA com a totalidade dos seus componentes.

Assim, a Assembleia do MFA encontra-se apta a informar o Conselho de Revolução dos sentimentos e anseios das Forças Armadas e das populações das respectivas áreas e transmitir às Forças Armadas as directivas do Conselho de Revolução; encontra-se ainda em condições de apreciar os actos do Conselho de Revolução, e acompanhar as grandes linhas políticas económicas e sociais do processo em curso, e cumprir outras importantes missões que lhe competem.

A Assembleia do MFA ao iniciar as suas actividades, saúda o Povo português a que todos os seus elementos orgulhosamente pertencem, e promete-lhe solenemente colocar-se inteiramente ao seu serviço.»

Primeiro de Janeiro, 9-4-75

Podem votar por procuração os militares e funcionários de Serviços públicos

Podem exercer o direito de voto por intermédio de representante os membros das Forças Armadas, das forças militarizadas, bem como os trabalhadores das repartições civis do Estado, das autarquias locais, dos estabelecimentos hospitalares, das empresas públicas ou das empresas concessionárias de serviços públicos que, no dia da eleição, estiverem impedidos de se deslocarem à assembleia ou secção de voto em que se encontram inscritos, por imperativo do exercício das suas funções, devendo obrigatoriamente fazer prova desse impedimento.

Esta determinação está contida num decreto publicado no *Diário do Governo* de ontem, e que altera os anteriores decretos referentes à penalidade de voto e violação da capacidade eleitoral.

O diploma acrescenta que cada eleitor só poderá nomear validamente um representante, através de documento isento de selo, com assinatura do representado reconhecida notarialmente. O representante deverá estar devidamente inscrito na mesma comissão de recenseamento do representado e só pessoalmente poderá exercer o direito de voto que lhe for delegado.

Cada representante só poderá representar validamente um cidadão eleitor, excepto se este for membro das Forças Armadas. A representação envolve a transferência para o representante dos direitos e deveres que pertenciam ao representado na eleição de deputados à Assembleia Constituinte.

Não poderá exercer pessoalmente o seu direito de voto o representado presente no dia da eleição na freguesia correspondente à assembleia de voto em que se encontra inscrito, se já tiver nomeado validamente representante seu.

No acto da votação, o representante, apresentando-se perante a mesa, deverá identificar-se ao presidente, nos termos da legislação eleitoral, exibindo também a procuração do representado e o documento autenticado pela autoridade hierarquicamente superior comprovativo da impossibilidade de exercício de voto. O presidente da mesa, depois de apreciar a regularidade formal destes documentos e de reconhecer o votante como o representante validamente nomeado, dirá o nome do representado em voz alta e entregará o boletim de voto ao representante. Os nomes dos eleitores que votaram através de representante constarão obrigatoriamente da acta das operações eleitorais.

Diário Popular, 10-4-75

MANUEL JOÃO MANSOS

Poeta do povo
para o povo



Manuel João Mansos é um poeta do povo que escreve para o povo. Do seu único livro, *Alentejo Major* organizado e apresentado por Fernando Assis Pacheco, Urbano Tavares Rodrigues e Manuel da Fonseca, retiramos as palavras deste último, que retratam perfeitamente a personalidade de «Quem não há-de ter paixão»:

«De família se tanto remediada, mas não humilde — o pai, alheio a desânimos, defrontou-se a vida inteira com a rudeza do trabalho da planície; a mãe, aos poucos haveres repartidos com os mais necessitados, acrescentava o interesse em resolver-lhes os problemas, com a compreensão e a ternura, que eram a sua única e grande riqueza — Manuel João Mansos nasceu na Vidiueira, em 1916.

Ao que se sabe, nunca desde criança se submeteu às regras da chamada «boa conduta». Teve sempre vida própria. Impulsiva e demasiado vasta para caber na estreiteza de qualquer regra. Em situações onde tantos se curvavam, refugiados na prudência das «melhores maneiras». Manuel João reagia com a espontânea exuberância que nada detém. Terá num que noutro caso, exagerado? Talvez que sim. No entanto considere-se que quando, na juventude, a coragem se une a certa raiz dramática de vida, é no exagero que mais claramente se define uma personalidade.

Assim a sua poesia. De nascente tradicional, jorra fácil, directa. Nada de rodeios, indecisões, subterfúgios. Rosto virado ao quotidiano, herdeiro da coragem do pai. Manuel João acusa, sem tibiezas, a injustiça, e canta, herança da mãe, a ternura pelo seu semelhante.»

QUEM NÃO HÁ-DE TER PAIXÃO

Quem não há-de ter paixão
ao ver a emigração
de toda uma geração
que foge ao destino incerto?
Solidão, ai dão, ai dão,
meu Alentejo deserto,
quem não há-de ter paixão!...

Quem paixão não há-de ter
ao ouvir pela noite escura,
no comboio da amargura
a toda uma geração
o canto da emigração,
dos que fartos de sofrer
fogem ao destino incerto?
Solidão, ai dão, ai dão,
meu Alentejo deserto,
quem paixão não há-de ter!...

Quem não há-de ter paixão
ao ver tantos naturais
e seus irmãos de raiz
fugindo ao destino incerto
deste Alentejo infeliz,
terra de senhores feudais?
Solidão, ai dão, ai dão,
meu Alentejo deserto, quem não
há-de ter paixão!...

Quem paixão não há-de ter
por tantas terras de pão,
agora terras fechadas
pelos donos das coutadas
p'ra seu caçar, seu prazer?
Lá vão os trabalhadores,
que já nem têm senhores,
caminho da emigração,
fugindo ao destino incerto
de quem nem tem p'ra comer.

Oh, que dor de coração!
Solidão, ai dão, ai dão,
meu Alentejo deserto,
quem paixão não há-de ter,
quem não há-de ter paixão!...

A CLARA RAZÃO

Tens de soltar um grito,
um grito de alerta,
nesta província deserta
de terras abandonadas:
— Acabem com as coutadas!

Pois se esta terra germina
azeite, vinho e trigo!
Deixarás de ser mendigo
para então trabalhares
e nunca mais emigrares.

Farás assim tua vontade.
Que eu vivo na ansiedade
de te ouvir alto gritar:

— É aqui que eu quero ficar, não
aceito a emigração,
esse desterro social!

Calares tão clara razão
não é o teu natural
nem de homem é calar.

Grita, pois, teu grito novo:
— A terra há-de germinar
quando for terra do povo!

A UNS QUE NÃO REPARAM

Pela criança,
passas indiferente
ao seu rosto de fome!...
Serás tu gente?

E segues o teu caminho
com desfaçatez:
a passares pela miséria
e a fingires que a não vês!...

Com teu ar disfarçado
lá vais de rua em rua,
e a miséria a teu lado!...
A miséria, afinal,
não será só a tua?

SER CRISTÃO

Cristão, tu tens de amar
na vida o teu semelhante.
Tens de, na vida, lutar
e ser a todo o instante,
em tua sinceridade,
contra a fome e o tormento.
— Lembra-te que és fermento
da justiça e da verdade!

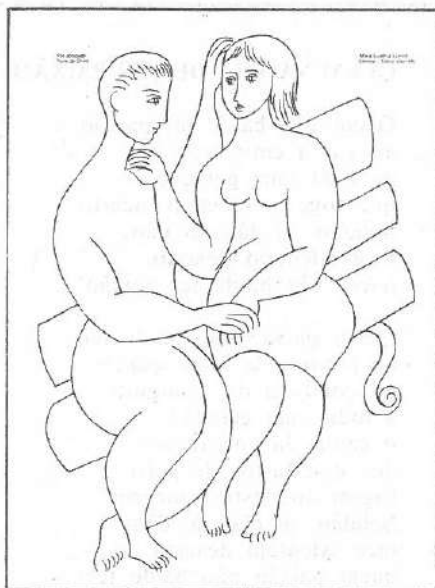
Cristão, não é só pensar
no bem, nem ires à missa
tuas orações rezar.
Se é atitude postíça
Alguém te há-de condenar
em sua Alta claridade
quando chegar o momento.
— Lembra-te que és fermento
da justiça e da verdade!

Ser cristão é viver
sem medo. É desfazer
essa agressão tamanha
que a humanidade infeliz
amarra à força e à manha.
— Lembra-te que o Mestre diz,
desde há séculos, na Montanha:
«Meus discípulos amados,
ouvi a voz verdadeira:
só serão abençoados
os homens d'alma insubmissa
que têm, na vida inteira,
fome e sede de justiça!»

JOSÉ DIAS COELHO

uma simplicidade imediata e uma entrega confiante

Infelizmente, e por enquanto, só os habitantes de Lisboa ou os visitantes da capital podem ver a exposição de pintura e escultura de José Dias Coelho, grande artista e corajoso militante antifascista (assassinado pela PIDE, em 1961). Exposição essa patente ao público na Sociedade Nacional de Belas-Artes.



é uma técnica simples de gravação em chapa que permite a reprodução fácil e em grande número do desenho, correspondia a uma atitude política. Podemos ver, na exposição, linóleos representando Lenine falando ao povo, cenas de julgamentos políticos na Pide, de uma tipografia clandestina, etc.

Das esculturas feitas sobretudo entre 1946 e 1953, em gesso patinado, escolhemos para mostrar a todos os que nos lêem e não podem ver a exposição, a «Mãe e o filho», que é uma imagem do carinho, da protecção, do amor maternal.

Do catálogo da exposição retirámos as seguintes palavras do escritor José Cardoso Pires, que dizem muito claramente quem era José Dias Coelho:

«Uma simplicidade imediata fazia com que tudo nele, ideias, gestos, convívio fosse um discorrer espontâneo

— ou uma entrega confiante, se quiserem».

Ele soube, de facto, entregar-se à luta pela conquista de um tempo onde a exploração e a injustiça não tivessem lugar.

Apesar da esperança que sempre manifestou, inclusive nos versos que transcrevemos:

*O sol nasce para te indicar o caminho
Já não há dúvidas no querer:
Na fábrica o aço é para a paz.
Para a criança os frutos nascem
Colhidos pelas mãos dos poetas.*

José Dias Coelho, assassinado, repetimos, em 1961, pela PIDE, numa rua de Lisboa, não pôde provar o fruto aspirado da liberdade que, como poeta e militante, quis ajudar a colher para a criança — o futuro do seu país.

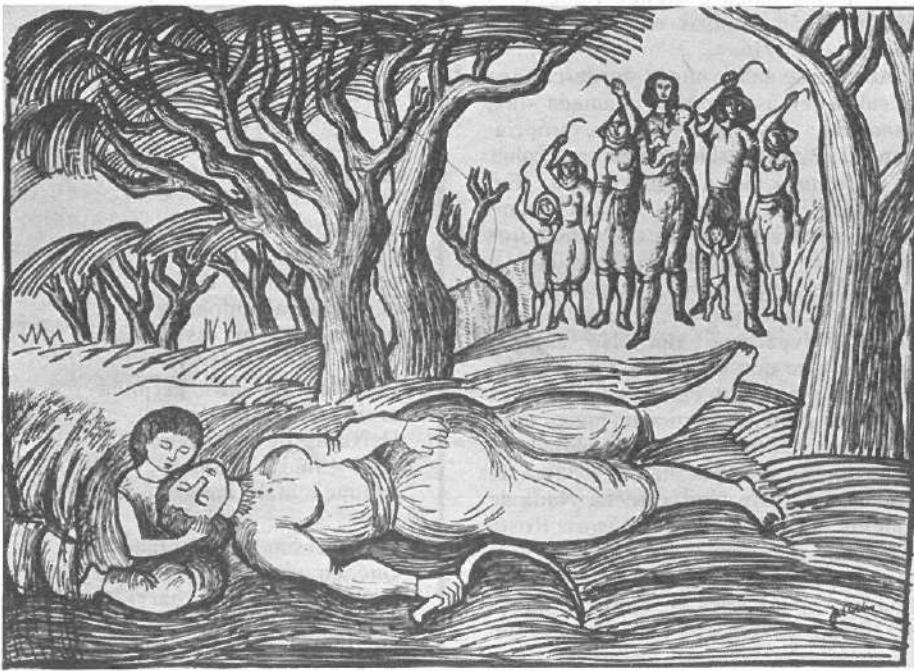
do cidadão, como uma intracção a tudo o que na vida dos povos se chama liberdade e legalidade. Pelo cometimento de tais crimes devem ser responsabilizados os seus au-
procedimento criminoso no julgamento e na condenação de centenas de patriotas. As maiores ilegalidades são cometidas, ver Jader (continua na 2.ª pág.)



José Dias Coelho experimentou diversas formas de expressão (para além da pintura e da escultura ele foi um bom poeta) e, dentro da sua actividade artística, serviu-se de diversos processos técnicos, passando da aguarela ao desenho ou, mesmo, à gravura, procurando transmitir do que via a realidade profunda, através de paisagens da nossa terra, de retratos de companheiros, de cenas da luta política, bem como da vida do povo.

«Os pobres quebram a sua tristeza quando descobrem que não estão sós», dizia ele. E, em todas as suas obras se pode encontrar essa preocupação de solidariedade para com os trabalhadores seus companheiros e de revolta contra os opressores do povo.

A própria utilização de certos processos, como, por exemplo o linóleo, que



LUTA DE CLASSES 1434 - 1449

Vencida a crise de 1383-1385 e terminada a guerra com Castela, D. João distribuiu terras e privilégios por aqueles que o tinham ajudado. Elevou à categoria de nobres muitos burgueses que tinham posto a vida e bens à sua disposição para que Portugal não perdesse a independência.

Porém a «arraia-miúda» não deixou de ser explorada como o tinha sido sempre. Mudara unicamente de senhores que se revelaram tanto ou mais exploradores do que a antiga nobreza.

Apesar disso o reino pôde prosperar graças ao sangue novo trazido pela burguesia arvorada em classe dirigente. Tendo interesses diferentes ela vai dar novos rumos à política portuguesa; estando voltada para outras actividades, ela vai ser a grande impulsionadora da empresa de conquista e descoberta de novas terras.

D. João I doara muitas terras e concedera benefícios para recompensar os serviços prestados por aqueles que o tinham ajudado, enfraquecendo cada vez mais o poder real. Para voltar a ser um rei poderoso tornava-se necessário fazer voltar essas terras à posse da coroa. Porém D. João I morre sem ter podido pôr em prática a sua ideia.

D. Duarte, rei

Quando D. Duarte recebe o governo do reino sente necessidade de enfraquecer o poder da nobreza. Nesse sentido mandou publicar uma lei que ficou conhecida na História por «Lei Mental» e na qual determinou que as terras dadas pelo rei só poderiam ser herdadas pelo filho varão. Quer dizer, as terras voltariam à posse da coroa se as pessoas que as receberam do rei não tivessem um herdeiro do sexo masculino.

Os reis também usavam de outros meios para diminuir o poder dos nobres. Ouviam as queixas dos povos através dos seus representantes, concedendo-lhes alguns privilégios, colocando alguns dos seus à frente do governo das cidades.

Com esta política de protecção do povo, o rei pretendia arranjar um opositor contra as pretensões da nobreza, sempre desejosa de mais poder.

Era esta a política adoptada pela maior parte dos monarcas europeus. Alguns reis tinham já conseguido enfraquecer a nobreza e governavam como senhores absolutos.

Os reis portugueses, principalmente a partir de D. João I, vão tentar pôr em prática esta política. Para o conseguir têm de travar lutas terríveis contra as classes privilegiadas, que, dentro das suas terras, mandavam mais que o próprio rei.

Dois grupos sociais opõem-se: de um lado a nobreza e clero, que, ciosos dos seus privilégios, tentam, a todo o custo, mantê-los; do outro o rei que procura apoiar-se noutras classes, sobretudo na burguesia e povo.

Esta luta do rei pelo poder absoluto interessa ao povo e à burguesia porque também eles estão interessados na luta contra as classes dominantes e porque esperam alcançar liberdades e privilégios.

O rei saberá jogar com estas forças por forma a enfraquecer uns e não deixar aumentar o poderio de outros.

A política de conquista de Marrocos iniciada no reinado de D. João I com a conquista de Ceuta em 1415, continuada no reinado de D. Duarte com a tentativa de conquista de Tânger que resultou num desastre, foi continuada depois por D. Afonso V com a tomada aos Mouros de muitas praças fortes no norte de África, provocou uma crise política, social e económica que iria agravar ainda mais as contradições das classes.

Inicialmente a burguesia portuguesa apoiava a política de conquista de novas terras porque tinha em vista a obtenção de novos mercados e mercadorias. Estes intentos falharam logo à partida com a conquista de Ceuta. Os mercados e mercadorias mudaram para outras cidades do norte de África.

Os Mouros mantinham permanentemente cercada a cidade, não permitindo o cultivo dos campos, matando e roubando quem se arriscasse fora das muralhas.

Era preciso manter muitos homens em África para não deixar a cidade cair nas mãos dos Mouros. Isso exigia de Portugal um esforço em homens e dinheiro que era suportado sobretudo pela burguesia e pelo povo.

Em face deste fracasso dividiram-se as opiniões quanto à validade da política de conquista de Marrocos: o infante D. Henrique e grande parte da nobreza eram partidários da conquista de terras no norte de África; outros nobres, como o infante D. Pedro e D. João, eram contrários a tal política porque «dela vêm muitos choros e más orações» e à «geral gente... será não proveitoso». Tal empresa também não era «muito proveitosa aos mercadores... nem muito proveitosa à terra» que ficava por cultivar porque os camponeses teriam que servir como soldados. Por isso «toca a nós perder a boa vontade do povo».

Início da colonização

A conquista de Ceuta inicia a era de colonização portuguesa e levou ao continente africano a exploração e a escravatura. Porém era exemplo que não convinha continuar a seguir porque, como já dissemos, só dava prejuízo a Portugal. As classes privilegiadas eram as únicas que ganhavam com tal situação porque lhes aumentava a fortuna à custa de assaltos que faziam às aldeias vizinhas da cidade. Recorriam muitas vezes à pirataria assaltando os barcos que passassem ao seu alcance roubando-lhes as mercadorias.

Quanto à terra conquistada ninguém pensava cultivá-la. Nem os Mouros o permitiam.

Desencadeiam-se porém as forças contrárias a tal política de colonização: o infante D. Pedro tenta convencer D. Duarte a não se meter em tal empresa porque «traz consigo danos e males superiores aos bens».

Apesar das forças contrárias o rei deixa-se levar para uma empresa que resulta num grande desastre. Tânger não é tomada e lá morrem muitos portugueses, outros ficam prisioneiros, como o infante D. Fernando que será solto se os portugueses entregarem Ceuta aos Mouros. D. Fernando nunca foi libertado porque eram poderosos os defensores da política africana.

Quando morre D. Duarte (1438), D. Afonso V tem apenas seis anos de idade. «Seguiram-se no reino mui grandes discórdias». Tornava-se necessário que o reino fosse governado até à maioridade de D. Afonso V.

O testamento onde D. Duarte expressava as suas últimas vontades indicava D. Leonor como «...testamenteira da sua alma, tutora, curadora de seus filhos e regente do reino».

Contra esta última resolução do monarca levantaram-se os protestos de alguns nobres que entendiam não dever a rainha tomar tal cargo porque «... O peso deste cargo de reger é... mui grande... que muitos fortes barões o receariam».

Esta parte da nobreza tentava ainda fazer desistir a rainha de governar porque «... neste reino (há) três infantes, grandes príncipes e de muita autoridade e naturais da terra que (não) vão gostar... serem regidos por mulher...» Para mais «... já agora pelas praças se diz que el-rei... vosso marido... vos não podia deixar este cargo de reger, porque este poder de eleger regedor era somente ao reino e aos três estados (clero, nobreza e povo) deles reservado...»

Também o povo contestava a validade de tal testamento e fizera saber a sua opinião ao rei D. Afonso em termos enérgicos: «... el-rei, vosso pai

não podia fazer tal testamento, nem deixar... (o cargo) de regedor do reino à sua disposição, porque a nós, vosso povo, pertence por direito eleger quem nos haja de defender com armas e reger por leis e com justiça».

D. Pedro, príncipe popular

As preferências populares caíam em D. Pedro. Parte da nobreza também o apoiava. O infante D. João chega a dizer-lhe que se não fora os infantes D. Henrique e D. Pedro «crede que eu requerera a regência para mim e se não quisessem dar eu a tomaria e morreria por isso».

Forma-se assim uma corrente contrária à regência da rainha D. Leonor, à cabeça da qual vai aparecer D. Pedro mais forçado pela pressão popular do que por vontade própria.

De 1438 a 1440 são frequentes as revoltas populares, sobretudo na cidade de Lisboa onde os ânimos se exaltaram por causa dos privilégios de fisco sobre os mercadores, concedidos pela rainha a um tal Nuno Martins da Silveira, aio de el-rei. Por causa disto foi feita uma carta de protesto que «sendo lida em público foi muita a confusão e alvoroço em todo o povo. Os que fizeram este insulto é alvoroço em desacatamento (das ordens) da rainha, eram quase todos do povo com alguns principais da cidade» e exigiam «que o Regimento lhe fosse de todo tirado» e entregue a D. Pedro e que só ele «tomasse o cargo de reger».

A burguesia tinha fortes razões para apoiar esta política de mudança de Governo que D. Pedro viria a chefiar porque esperava obter regalias e facilidades para a sua actividade comercial. As outras classes mais desfavorecidas apoiavam D. Pedro porque pensavam assim diminuir os privilégios dos grandes senhores, seus principais opressores. O povo ambicionava sobretudo libertar-se da servidão e alcançar justiça. A servidão era um impedimento às suas naturais aspirações de liberdade e igualdade. E o maior obstáculo a estas justas aspirações era a nobreza. Nesta época era esta o seu principal inimigo. Mais tarde seria a burguesia capitalista.

A gente miúda, os camponeses, os pequenos artesãos estavam sujeitos a um estatuto de quase escravidão, trabalhavam, a maior parte vezes, de graça para o clero e nobreza. Além deste trabalho gratuito tinham ainda de pagar numerosos impostos que os deixavam na miséria. Serviam os senhores em tudo o que eles ordenassem sem possibilidades de recusar ou de libertar-se fugindo. Eram grandes os castigos dos que tentavam obter a liberdade pela fuga.

O facto de D. Leonor ser irmã da rainha de Castela e dos infantes de Aragão ia pôr outra vez o problema da intromissão da política castelhana em

Portugal. Essa possibilidade tornava urgente a resolução do problema da regência, tanto mais que «em Castela começava a haver movimentos de tropas que pareciam princípios de guerra».

Uma parte da nobreza via nessa situação de possível dependência de Portugal a Castela a oportunidade de obter privilégios e fortuna com os quais mais facilmente se apoderaria dos poderes do Estado.

Ao povo isso não interessava. Bem avisados estavam já por experiência própria que os privilégios alcançados pela nobreza eram sempre adquiridos à custa do património popular.

O povo não tem a memória curta, como dizem alguns, ainda estava bem lembrado do que acontecera durante e depois da «Revolução Popular» de 1383-1385.



Retrato presumível (segundo Abreu Lima) de D. Pedro, príncipe popular, derrotado e morto em Alfarrobeira pela nobreza, ciosa dos seus privilégios

Regência de D. Pedro

Colocado no Governo pela vontade popular, D. Pedro orientou o reino durante oito anos — de 1440 a 1448.

Durante este período, as condições político-sociais criadas pelo novo Governo permitiram atingir um desenvolvimento que nunca antes fora alcançado pela velha nobreza senhorial:

- Intensificaram-se os descobrimentos marítimos ao mesmo tempo que se abandonava o ruinoso projecto da conquista de Marrocos;
- Colonizaram-se as ilhas já descobertas;
- Desenvolve-se o comércio, etc.

Não se pense que os grandes nobres vencidos pela vontade popular se te-

nam conformado com a derrota. Pelo contrário. Logo que tiveram oportunidade iniciaram uma campanha de intrigas para «pôr el-rei no derradeiro grau de ódio contra o infante (D. Pedro)» que resolve entregar os poderes ao rei e retirar-se para os seus domínios em Coimbra.

Afastado o regente da corte a reacção intensifica a campanha de difamação espalhando boatos que o acusavam de ter feito planos para assassinar a rainha e o próprio rei D. Afonso V.

Demasiado novo e de vontade fraca, o rei acredita nestas calúnias apesar de D. Pedro se lhe ter dirigido várias vezes por carta desmentindo tais boatos.

A nobreza vencida não desarmava e ansiava por vingar-se dos que se lhe tinham oposto.

«A principal causa da inimizade que os seus inimigos contra ele tinham, não fora por lhes dar pouco, porque do património real com honras e títulos muito lhes tinha dado, mas porque não lhes dera tudo.»

Reunido o Conselho, D. Pedro é acusado de rebeldia e de deslealdade ao rei, o que equivalia a pô-lo fora da lei.

A repressão não se fez esperar e muitos amigos do infante foram destituídos dos seus cargos. Poucos são os amigos que se lhe mantêm fiéis. A maior parte escusa-se a ajudá-lo.

Estranhamente o povo parece tê-lo abandonado. D. Pedro não soubera ou não quisera manter o apoio popular contra a nobreza.

O próprio irmão, o infante D. Henrique, poderia ter evitado o confronto armado porque «lhe fora bem possível se o quisera».

O exército de D. Pedro põe-se em marcha para Lisboa. No caminho houve muitos que desertaram. É um exército desmoralizado e inferior em número que enfrenta as forças reais em Alverca, próximo do ribeiro de Alfarrobeira no dia 20 de Maio de 1449.

A derrota era inevitável a D. Pedro, muitos dos seus amigos e partidários encontram aí a morte.

Parêcia que isso deveria ser o suficiente para acalmar o ódio da nobreza. Pelo contrário parece ter-lhe nascido o desejo de se vingar mesmo já sem motivo. A perseguição de familiares, amigos, partidários de D. Pedro e de todos quantos tinham apoiado o seu Governo, não se fez esperar. O ódio dos vencedores de Alfarrobeira só se deu por satisfeito prendendo, matando, roubando, castigando todos os que tinham ousado enfrentá-los.

Toda a Europa censurou tal acção e não aceitou as desculpas de D. Afonso V.

A batalha lançou nobres contra nobres. Porém o derrotado foi o povo porque dessa luta saiu mais forte a classe opressora.

Importação e produção nacional

Os desequilíbrios que herdámos do regime anterior sendo generalizados, desde as desigualdades na distribuição da riqueza, até às desigualdades nos meios de comunicação, na educação, na saúde, etc., reflectiram-se com particular intensidade na vida económica.

Assim, assistimos durante anos à condenação da agricultura pela total ausência de apoio e estímulo, à excepção da grande propriedade. Como consequência directa aumentou a emigração e daí resultou a necessidade cada vez maior de recorrer à importação para satisfazer as necessidades alimentares das gentes desta terra. Da batata ao azeite, passando pelo peixe, pela carne e pelo leite, a forma que se achou conveniente para proceder ao abastecimento regular dos mercados foi a respectiva importação do estrangeiro.

Todavia muitos dos leitores saberão que até era possível produzir cá, todas essas coisas. E com uma vantagem adicional — dar emprego digno aos nossos trabalhadores, evitando-lhes os sacrifícios da emigração para as «Franças».

Criticar é evidentemente fácil. Mas críticas só por si não ajudam a resolver nenhum problema. É necessário ir mais além, procurando perceber a razão dos erros passados por forma a poder evitá-los nas medidas e acções que agora é preciso levar a cabo.

Sem dúvida que os problemas com que se debate a agricultura têm razões profundas e diversas. Se tivéssemos tendência a utilizar «chavões», poderíamos pôr o problema em termos de fascismo e democratização.

Longe de estarmos errados, estaríamos certíssimos. Mas o risco de concretamente em nada contribuímos para incitar NESTE MOMENTO as pessoas às alterações estruturais necessárias, faz-nos preferir ser menos profundos na discussão.

Assim, considerando um aspecto embora particular do problema, pensamos que boa parte dos erros acumulados quanto à agricultura se deve a que os responsáveis pela solução dos problemas não só os decidiam a partir de Lisboa sem o conhecimento directo das regiões visadas, bem como sem procurarem saber as opiniões das populações afectadas, reais conhecedoras dos problemas da sua região. Cabe aqui também uma crítica, se adaptaram durante anos à situação cómoda de não ter que

assumir a responsabilidade da crítica e da decisão.

Pois a reconstrução que agora é urgente fazer, não pode dispensar ninguém dessas responsabilidades.

Se já concordámos que tomar decisões sem conhecer os problemas leva por norma a errar, temos também de concordar que não temos neste momento um inventário dos problemas concretos de cada região nem das respectivas potencialidades.

Imaginar que se poderia fazer tal trabalho com um grupo de técnicos no Ministério em Lisboa seria, além de



Trabalho no campo

uma insistência no erro, uma tarefa irrealizável, pelo que ela exigiria em conhecimentos e tempo.

Efectivamente, o caminho a seguir passa pela definição de um planeamento global da agricultura, tarefa que incumbe a técnicos especializados, possivelmente trabalhando no respectivo Ministério.

Porém, tal planeamento exige o inventário dos problemas específicos de cada região do País bem como das respectivas potencialidades. Para essa tarefa poder ser feita é fundamental o contributo de todos os agricultores, pela apresentação dos seus problemas e sugestões quanto à sua melhor solução dentro de um espírito associativo e colectivo.

Esta será certamente a linha geral de actuação a seguir.

Mas o trabalhador agrícola, necessita de realizações concretas imediatas que o estimulem a colaborar, tão descrente ele está ao fim destes anos, quanto a

benefícios para as suas condições de trabalho.

Mais uma vez e ainda, será aos agricultores que teremos de pedir para nos contarem os seus problemas dizendo quais as formas com que pensam que eles podem ser resolvidos. Deverá ser através dos vários organismos existentes, tanto especificamente agrícolas como as casas do povo, as cooperativas, etc., como através das juntas de freguesia e câmaras municipais que os agricultores deverão manifestar as suas necessidades e os seus desejos. Será juntando-se aí que terão a possibilidade de discutir os problemas e encontrar a sua melhor solução, dando um sentido construtivo às suas reivindicações. Os problemas detectados tais como a necessidade de crédito agrícola, de uma estrada ou de uma ponte, de apoio técnico, de obras de irrigação, de facilidades na comercialização, de máquinas agrícolas, etc.... deverão ter

uma resposta imediata por parte da Administração.

Para alcançar este objectivo será urgente proceder ao afastamento de alguns elementos da Administração que, por virtude de vícios anteriores não virão a mostrar-se suficientemente diligentes na resolução dos problemas. Pois ainda mais uma vez terão de ser os agricultores a chamarem a atenção para aqueles que não servem devidamente e que portanto devem ser afastados e substituídos por quem esteja interessado em fazer avançar o processo e colaborar nesta tarefa de reconstrução que tem de ser de todos.

Vimos que é urgente a Administração e o Governo concretizarem medidas palpáveis no sentido da solução dos problemas da agricultura. Assinalámos porém que ao agricultor compete denunciar os problemas, insistir na respectiva solução, exigir uma resposta esclarecedora, mesmo quando seja negativa.

Insistimos porém que o individualismo não conduz senão ao egoísmo e ao erro. Insistimos em que os problemas não se resolvem discutindo-os no café ou na taberna. É criando as suas associações e cooperativas ou aproveitando as já existentes, na discussão com outros agricultores que as soluções serão encontradas, encaminhadas e resolvidas.

De todos os problemas graves da vida económica que se nos deparam neste momento, é de realçar aquele que consideramos fundamental — a produção.

As nacionalizações, a substituição de alguns responsáveis, vulgarmente chamada «saneamento», a vida sindical e associativa, a exigência de melhores salários e condições de trabalho, vulgarmente chamadas «reivindicações», são problemas terrivelmente importantes e que não podem deixar de ser um objectivo imediato, não só dos trabalhadores no sentido restrito do termo, mas sim de todos os cidadãos.

Porém, essas preocupações têm de ser encaradas SEMPRE como subordinadas a uma necessidade fundamental e que é a de **PRODUZIR MAIS E MELHOR.**



Trabalho na fábrica

É que a situação de Portugal foi sempre a da insuficiência de produção. Esse problema tornou-se maior nos últimos anos, vivendo todos nós cada vez mais de coisas vindas do estrangeiro.

Chegámos assim ao dia 25 de Abril numa situação aflitiva de não conseguirmos produzir na nossa terra aquilo de que necessitamos para viver. Portanto agora há que mudar esse estado de coisas. E como? Produzindo, trabalhando.

JOSE GUIMARÃES

Para uma alimentação equilibrada

Alimentar um organismo é fornecer-lhe as matérias indispensáveis à sua manutenção e desenvolvimento.

Na alimentação humana têm pois que estar integradas certas substâncias que podemos dividir em grupos e que são, todas elas, necessárias ao equilíbrio do organismo humano no ambiente que o rodeia.

Estas substâncias são, além da água, as proteínas, os lípidos (gorduras), os hidratos de carbono, as vitaminas e os sais minerais.

1 — A água

A água faz parte da composição de todos os tecidos do corpo humano. Não só o sangue mas os músculos, a pele, todos os órgãos e até os ossos, contêm grandes quantidades de água. Na 1.ª infância a água pode atingir 70% do peso total da criança.

Esta água é constantemente renovada pois é continuamente eliminada pela urina, suor, respiração, etc.

O corpo humano não pode sofrer falta de água por muito tempo, o que originaria graves perturbações na circulação que, se não causassem a morte a curto prazo, poderiam deixar lesões graves no rim, cérebro, etc.

É ainda frequente entre nós a tendência para evitar dar água aos adultos, e sobretudo às crianças, que sofrem de diarreia ou em estado febril. Nestas situações o organismo perde grandes quantidades de água pelo suor ou pelas fezes e, já dissemos, que essa água faz falta ao bom funcionamento do organismo. Há pois, que corresponder às necessidades que o doente manifesta, satisfazendo a sede que acompanha estas perturbações.

Com uma dieta equilibrada há sempre necessidade de ingerir água, e a melhor maneira de a fornecer ao organismo é no estado puro. Ouve-se muitas vezes dizer, sobretudo no campo, que o vinho é preferível à água para «matar a sede» do trabalhador. Esta afirmação é falsa. Não é por substituir a água, com vantagem que o nosso trabalhador prefere o vinho, mas sim porque este lhe fornece calorías que deviam ser fornecidas por outro tipo de alimentos, quase sempre escassos na sua dieta.

Sobre o papel do vinho e outras

bebidas alcoólicas, teremos que tecer mais considerações mas, desde já, deve ficar bem clara a certeza de que o vinho nunca pode substituir a água na dieta do trabalhador.

Das qualidades que a água deve ter para proporcionar um bom estado de saúde, sobressai, como mais importante, a sua pureza no que respeita à ausência de bactérias ou outros agentes transmissores de doença.

São as águas paradas as que mais facilmente se inquinam e dão origem à proliferação de germens causadores de doenças. Este é um dos principais motivos porque todos os agregados populacionais devem lutar por água canalizada.

Podemos admitir que as águas dos poços ou depósitos, não tratadas, com escassa tiragem, constituem perigo de infecção, pelo que não devem ser consumidas sem serem previamente fervidas. O perigo de contaminação das águas dos poços aumenta se estiverem em proximidade de monturos ou locais de despejo, em populações onde não existam esgotos. Enquanto não se conseguir que todos os portugueses usufruam de esgotos e água canalizada, é indispensável que possam defender-se da doença, procurando usar água corrente de nascentes e fervendo a Enquanto dos poços.

2 — As proteínas

As proteínas são elementos de primeira importância na alimentação. São indispensáveis na alimentação porque sem elas não se formam tecidos novos no organismo em crescimento. Sem elas não se refazem os tecidos envelhecidos, como por exemplo, os glóbulos do sangue. Uma alimentação pobre em proteínas origina deficiências na constituição do sangue (anemias) perturbações no fígado, etc. Na criança, a deficiência de proteínas, impossibilitando a criação de tecidos novos, pode originar paragem do crescimento e pode levar a perturbações mentais que, só detectáveis tardiamente, diminuem irreversivelmente o indivíduo.

Os alimentos que fornecem proteínas e fazem parte da alimentação humana são de origem animal e vegetal. De origem animal temos como principais alimentos com proteínas: a carne, o peixe, as aves, o leite, os ovos, os derivados do leite (manteiga e queijo). Como vegetais que são fontes de proteínas mencionamos certas sementes como por exemplo: amêndoas, nozes, feijão e ervilhas.

Considerando a existência de proteínas em alguns vegetais como o feijão, por exemplo, podíamos ser tentados a preencher as necessidades alimentares

à custa destes vegetais. Tal dieta nunca seria equilibrada, porque as proteínas animais não são iguais às vegetais. As proteínas animais, consideradas de 1.^a qualidade, possuem certos aminoácidos que não existem nas vegetais e são indispensáveis para o bom funcionamento e crescimento do organismo.

3 — As gorduras

Os lípidos funcionam no organismo como fontes de calorías. Não sendo tão facilmente transformados em energia, como os hidratos de carbono, entram no organismo e formam depósitos constituídos por «almofadas» de gordura que protegem os órgãos. Estes depósitos, além de função protectora dos órgãos e tecidos, têm ainda um papel de reservas energéticas. Em tempo de fome, o organismo «queima» esses depósitos e obtém assim as calorías indispensáveis.

Uma dieta excessiva em lípidos origina grandes depósitos de gordura que podem tornar-se prejudiciais para o organismo, uma vez que vão prejudicar, com o seu volume, os órgãos a que deviam apenas dar protecção.

Não só os lípidos mas também os hidratos de carbono, quando ingeridos em quantidades excessivas, dão origem a depósitos de gordura.

Os lípidos ou gorduras encontram-se fazendo parte de grande quantidade de alimentos animais e vegetais tais como: carne, peixe, óleos, leite, derivados do leite (manteiga e queijo), sementes secas (amêndoas, nozes, avelãs), etc.

Por se encontrarem integradas em alimentos que contêm proteínas, habitualmente as carências de gorduras não se manifestam isoladas, mas quase sempre se associam às faltas de proteínas no organismo.

O perigo duma alimentação apenas pobre em gorduras, parece não ser de temer entre nós. Mais importante nos parece ser o desequilíbrio da dieta em que a falta de proteínas seja erradamente compensada por excesso de gorduras ou hidratos de carbono.

Os hidratos de carbono são a principal fonte de calorías do organismo. É dos hidratos de carbono, principalmente dos açúcares, que o organismo humano mais facilmente tira as calorías e, portanto, a energia de que necessita. Estas substâncias têm assim tanto mais importância na dieta quanto maior esforço físico o indivíduo tenha que despende.

Quando se ingerem mais quantidades de hidratos de carbono que as que são exigidas pela actividade que o organismo dispensa, estas substâncias sofrem transformações e depositam-se sob a forma de gorduras, tal como já vimos com a ingestão exagerada de gorduras, uma ingestão excessiva de hidratos de carbono pode ser prejudicial à saúde.

Os hidratos de carbono encontram-se

numa grande variedade de alimentos que são os mais frequentes na dieta humana. Existem em abundância no leite, cereais, batatas, frutas, açúcares, legumes, etc.

4 — As vitaminas

Além destes três elementos nutritivos indispensáveis ao organismo não só do ponto de vista qualitativo (há vários tipos de proteínas, de glúcidos e de lípidos) mas também quantitativo, são ainda indispensáveis na alimentação certas substâncias que actuam, não pelo seu valor calórico ou plástico, mas sim como activadores bioquímicos. São substâncias que actuam em pequenas quantidades. As quantidades destas substâncias que o organismo necessita, não se quantificam em gramas como

grande variedade de alimentos, não se encontrando todas no mesmo alimento. O alimento que mais variedade de vitaminas tem é o leite que nos primeiros meses de vida pode cobrir essas necessidades. Mas só nos primeiros meses.

Algumas vitaminas, como as vitaminas A e C, encontram-se principalmente em vegetais e frutos (tomates, cenouras, laranjas, pimentos, etc.). Outras vitaminas do complexo B encontram-se em maior concentração em alimentos de origem animal (fígado, peixe, leite) e ainda em cereais (arroz e trigo).

Ficamos assim com a noção de que as vitaminas se encontram integradas numa variedade grande de alimentos, não havendo um único alimento que possa, isolado, cobrir as necessidades humanas. Mais uma vez ficámos com a



Fruta: um elemento importante para uma alimentação equilibrada

para as proteínas, lípidos ou hidratos de carbono, mas em miligramas ou fracções do miligrama. São assim como que «fermentos» indispensáveis para precipitar as transformações químicas que se passam no organismo, ao nível das células. Sem essas substâncias não se passavam certas transformações no organismo, como por exemplo, as trocas de oxigénio nos tecidos, a fixação de certos elementos na célula, etc. Em suma, não se criavam células humanas à custa dos elementos ingeridos.

Estas substâncias são as vitaminas. Há uma enorme variedade de vitaminas e factores vitamínicos, embora as mais conhecidas sejam as vitaminas A, D, C, K, E e complexo B.

As faltas destas vitaminas no organismo traduzem-se por sintomas que muitas vezes levam a concluir qual a vitamina ou vitaminas em carência. Habitualmente uma alimentação deficiente não o é apenas numa vitamina, mas engloba sempre a falta de um grupo de vitaminas.

As vitaminas encontram-se numa

ideia da variedade de alimentos que têm que constituir a dieta humana.

Convém ainda chamar a atenção para o facto de algumas vitaminas se alterarem com a temperatura, pelo que há necessidade de introduzir na alimentação frutos e vegetais frescos e crus.

Ainda fazendo parte das necessidades alimentares do organismo, temos que mencionar certos minerais tais como: cálcio, ferro, fósforo, magnésio, sódio, cloro, potássio, iodo, etc. A grande variedade de minerais necessária ao equilíbrio das funções orgânicas encontra-se integrada numa alimentação equilibrada nos seus componentes fundamentais.

Além de mencionar os principais grupos de substâncias indispensáveis à alimentação humana, suas funções no organismo e alimentos que as contêm, há que saber a percentagem em que devem entrar na dieta.

Da composição duma dieta equilibrada falaremos proximamente.

MARIA DE LOURDES PIRES NEVES

PORTUGUÊS sabia que?

Português, sabia que? introduz as perguntas, extraídas de um livro muito recentemente publicado por uma nova editora, a Diábril, e coordenado por António Quelhas, Artur Maurício, Fernando Luso Soares, Orlando Neves e Serafim Ferreira, que a seguir pomos. Perguntas que, no fim de contas, o não são exactamente porque o sim ou não da resposta de cada um tem menos importância do que o ensinamento que já vai em cada uma delas. E, depois, quem não sabia, fica assim a saber.

Não são, pois, um jogo, estas questões. Mas, muito pelo contrário, esperamos, matéria de reflexão para todos, nesta hora importante que vivemos.

1) Portugal ocupa uma superfície de 88 410 quilómetros quadrados?

2) A população de Portugal continental e insular, segundo o último recenseamento, é de pouco mais de 8 milhões de habitantes?

3) São poucos os centros urbanos com mais de 40 mil habitantes com destaque apenas para Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Setúbal?

4) A área ao norte do Sado e incluindo a orla algarvia corresponde a 32% da superfície do País e nela vive cerca de 70% da população?

5) A rede de caminho de ferro é de 3597 km contra pouco mais de 3000 km no começo do século?

6) O continente possui 29 278 km de estradas pavimentadas e uma extensão total de 31 523 km?

7) Em 1000 crianças nascidas 56 morrem antes de 1 ano de idade e que esta é a média mais alta de toda a Europa?

8) O número de camas hospitalares considerado mínimo é de 6 por 1000 habitantes e que em Portugal existem 2,5 por mil, havendo distritos onde não chega a 2?

9) Em 1972 a percentagem de partos sem assistência médica ultrapassou os 30%, existindo distritos em que foi superior a 60%?

10) Há aproximadamente 9000 médicos em Portugal e que desses, 6000 estão em Lisboa e Porto?

11) Em 1969 no distrito de Bragança havia 1 médico por cada 2800 habitantes, no de Vila Real 1 por cada 3500, no de Castelo Branco 1 por cada 2500, no de Beja 1 por cada 3000 e no de Faro 1 por cada 2900?

12) Isso significa, se considerarmos a população metropolitana em 8 milhões de pessoas que há 1 médico para cada 350 pessoas em Lisboa e Porto e 1 médico para cada 2000 pessoas na província?

13) É completamente impossível um médico poder ter a seu cargo 2000 possíveis doentes?

14) Em 1974 havia em Portugal 1 médico para cada 1000 habitantes o que é pura e simplesmente a média mais baixa da Europa?

15) Em 1970 em Portugal, por cada 100 000 habitantes, 15 morriam de tuberculose pulmonar e, por exemplo, para o mesmo número na Holanda não chegava a morrer 1?

16) Em 1970 em Portugal, por cada 100 000 habitantes, 29 morriam de enterite e doenças diarreicas, enquanto na Holanda para a mesma quantidade morria 1,5?

22) Em 1970 cerca de 3 milhões de portugueses não tinham água nem ao domicílio nem nos fontanários?

23) Em 1970 só menos de 2 milhões de portugueses dispunham de uma casa com cozinha, retrete e casa de banho?

24) Em cada 100 portugueses, 37 são analfabetos e que estes se encontram entre as pessoas com mais de 40 anos de idade?

25) O ensino infantil entre nós depois de 1936 só se processa em estabelecimentos particulares? E que apenas 1 em cada 100 em 1960, com idades entre os 3 e 5 anos, é que frequentava esse tipo de ensino privilegiado?

26) De cada 100 alunos que frequen-



A miséria

17) Em 1970 em Portugal em cada 1000 recém-nascidos, 45 morreram antes de atingirem um ano de vida e que na Holanda para o mesmo número e no mesmo ano morriam 12?

18) A maior parte dessas e outras doenças que dizimam crianças e adultos são provocadas pelas avitaminoses e outras causas que as levam a ser consideradas doenças de pobreza, de miséria, subnutrição, fome e falta de higiene?

19) Em 1970 apenas 40% da população portuguesa tinha água em casa e nem sempre nas melhores condições?

20) Em 1970, dos aproximadamente 8 milhões de habitantes, mais de 6 milhões não dispunham de um sistema de esgotos?

21) Em 1970 cerca de 2 milhões de portugueses tinham de ir buscar água a fontanários?

tam o ensino primário 70 concluem o seu exame primário, 18 entram no ensino secundário, 5 terminam cursos correspondentes e apenas 2 obtêm um grau universitário?

27) Apenas 4,2% dos filhos de trabalhadores, que representam 74% da população activa, frequentam a Universidade?

28) 21% dos estudantes universitários, são filhos de industriais, comerciantes, proprietários, que representam 11% da população activa?

29) 16% dos estudantes universitários são filhos de funcionários públicos, que representam 2,5% da população activa?

30) 12% dos estudantes universitários são filhos de pais com profissões liberais que representam 1,5% da população activa?

31) Em Portugal existiam em 1972, 816 080 empresários agrícolas, 11 400

dos quais com um curso secundário ou superior (1.4%), 450 420 sabendo ler ou escrever (55.2%) e 354 260 analfabetos (43.4%)?

32) Em cada 1000 habitantes apenas 37 têm telefone (em Espanha para o mesmo número, há 160 possuidores de telefone)?

33) Só entre 1963 e 1973 abandonaram Portugal como emigrantes (em busca de melhores salários, recusando-se a participar na guerra colonial ou por motivos políticos) cerca de 1 milhão de portugueses?

34) Só em França existe 1 milhão de emigrados portugueses?

35) Entre 1960 e 1970 a população do distrito de Vila Real diminuiu cerca de 60 000 habitantes, a de Viseu cerca de 70 000, a da Guarda cerca de 65 000, a de Beja cerca de 70 000 e a de Faro cerca de 45 000?

36) Só em 1972 o lucro líquido do Banco Espírito Santo foi de 96 000 contos, o do Sotomayor 95 000, o do Português Atlântico 102 000, o do Totta 80 000, o do Borges 73 000 e que agora estão nacionalizados, ao serviço do Povo Português?

37) O desemprego é uma consequência e uma necessidade do capitalismo?

38) Portugal não é um país pobre visto os seus rios poderem ser uma grande fonte de energia eléctrica, haver no subsolo grandes quantidades de vários minérios e na costa marítima uma grande riqueza de peixes?

39) Essas e outras riquezas do País só podem tornar-se reais através do labor de milhares de trabalhadores e que só o trabalho produz riqueza?

40) O trabalhador português é um dos mais mal remunerados de todo o Mundo?

41) Todas as grandes indústrias ou



A emigração

empresas estrangeiras que se instalaram em Portugal o fizeram exactamente porque devido aos baixos salários vigentes estavam em condições de auferir lucros abundantes?

42) Essas indústrias estrangeiras podiam mandar para fora praticamente todos os lucros que cá auferiam?

43) Em 72-73, mais de 80% da população portuguesa recebia menos de 50% do Rendimento Nacional, ou seja, que menos de 20% da população recebia mais de 50% do Rendimento Nacional?

44) Em termos mais simples uma minoria da população (os tais 20% ou seja pouco mais de 1 milhão e 600 mil

portugueses) dominava economicamente os restantes membros da população (mais ou menos 6 milhões e 500 mil portugueses)?

45) As profissões se agrupam em três grandes sectores, onde a agricultura, silvicultura, caça, pesca, abrangem 43.6%, as indústrias extractivas e transformadoras, construção e obras públicas atingem 28.6% e o sector de comércio, transportes e serviços alcança 27.2%?

46) Do total da população activa empregada na agricultura, em 1970, 60.7% trabalhava por conta alheia?

47) Nos últimos anos do fascismo um núcleo de 34 famílias, todas elas portuguesas participavam de modo estratégico num conjunto de 193 sociedades escolhidas do conjunto das 700 maiores que existiam em Portugal, todas elas com um capital social superior a quarenta milhões de contos?

48) Nos últimos anos do fascismo 96 empresas e grupos estrangeiros dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Japão, Holanda, Bélgica, Itália, Dinamarca, Suíça, Suécia e Espanha tinham interesses e controlavam totalmente 164 das seiscentas maiores empresas de Portugal?

49) O produto nacional bruto atingiu em 1965 cerca de 107 milhões de escudos o que significa uma capitação anual de 408 dólares e que esta capitação é realmente a de um país subdesenvolvido, se a compararmos, por exemplo com a da Suécia (2740 dólares) ou a da Turquia (275 dólares)?

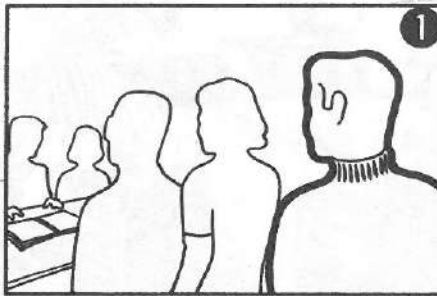
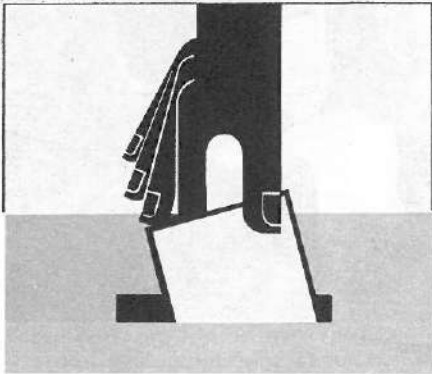
50) O recenseamento eleitoral foi efectuado pela primeira vez para que todos os portugueses, com mais de dezoito anos e no pleno uso dos seus direitos, possam exercer o seu direito de voto e que o número de recenseados totalizam 6 172 436?



O trabalho

GUIA PRÁTICO DAS ELEIÇÕES

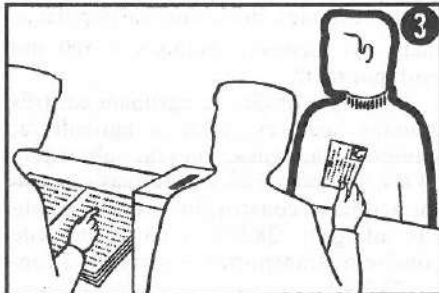
PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE



1
Com paciência e compostura, terá que aguardar na fila. Não poderá ultrapassar, nem ser ultrapassado, excepto pelos delegados das listas, ou seus suplentes devidamente credenciados. Contudo, deverá ser humanitário, facilitando indivíduos doentes, diminuídos, ou ainda mulheres grávidas, etc.



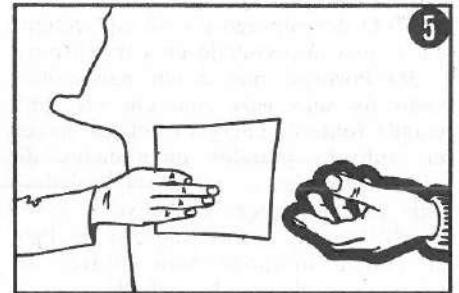
2
Quando todos os que estavam à sua frente, tiverem votado, chegando a sua vez, o eleitor diz o seu nome ao presidente da mesa apresentando-lhe o Bilhete de Identidade ou, na falta deste, outro documento que o identifique



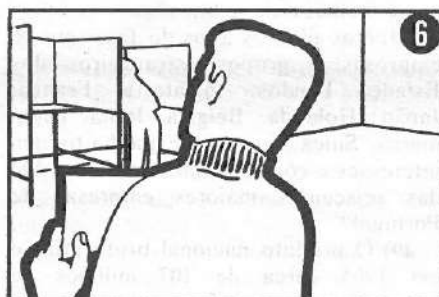
3
O escrutinador verifica se o eleitor está inscrito no caderno eleitoral



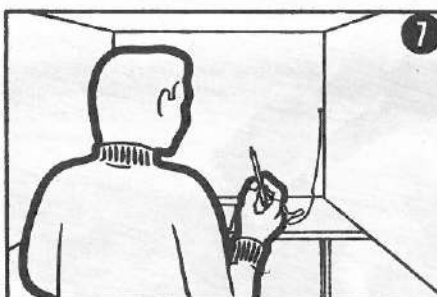
4
O presidente, devolve o Bilhete de Identidade ou outro documento que o identificava, dirá o nome do eleitor em voz alta...



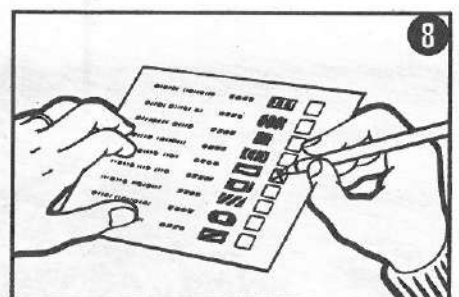
5
...ao mesmo tempo que lhe entregará um boletim de voto



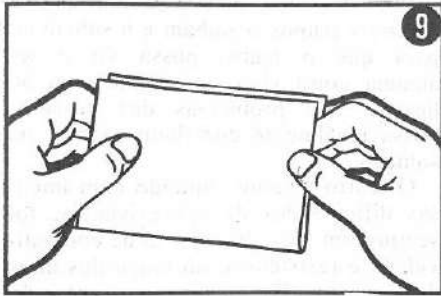
6
O eleitor, dirige-se então para uma das 2 câmaras de voto



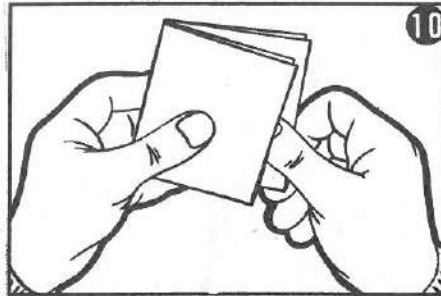
7
Aí verifica se o boletim não tem qualquer sinal ou rasura escrita por outra pessoa...



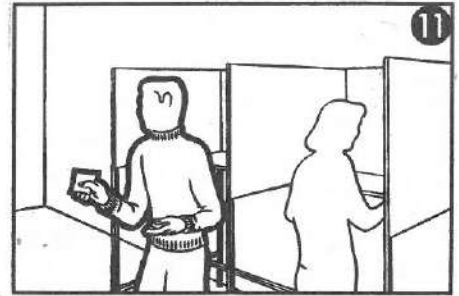
8
...e marca, com uma cruz, no quadrado respectivo, o partido da sua preferência (aquele que em sua consciência melhor poderá servir os interesses da maioria dos portugueses).



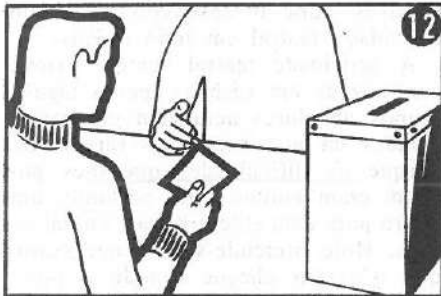
9
Ainda na câmara de voto, dobra o boletim ao meio, deixando a parte branca para fora...



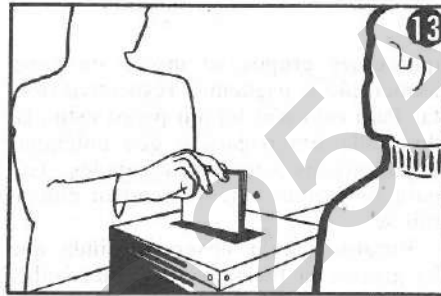
10
...e depois, novamente ao meio, (cruzando o vinco da primeira dobra) formando quatro partes



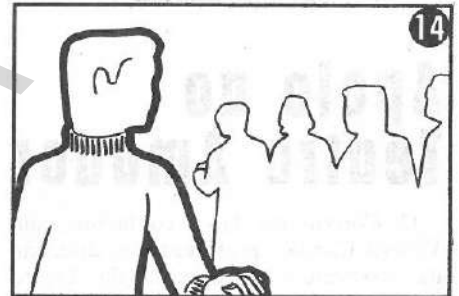
11
Sairá da câmara de voto, regressa junto da mesa...



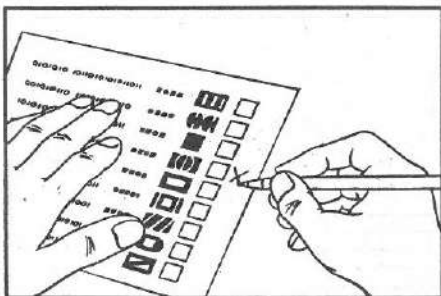
12
...e entrega, o boletim dobrado, ao presidente;



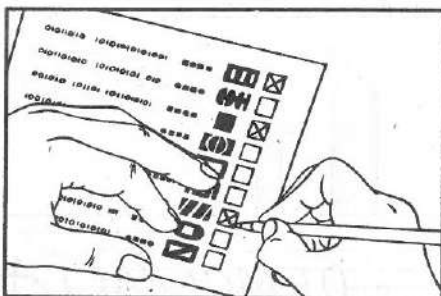
13
este introduzirá o boletim na urna que ali se encontra (uma caixa preta com uma abertura apropriada na parte de cima e que deve estar colocada sobre uma mesa à sua frente)



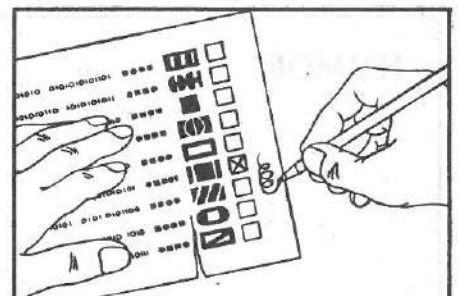
14
Retira-se então do local



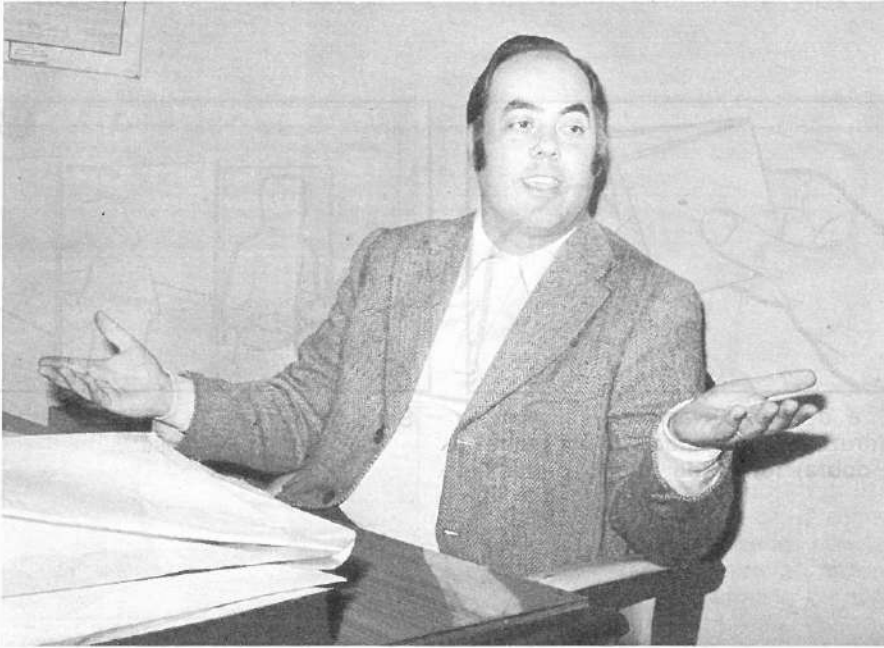
15
Será branco ou nulo o voto, se o eleitor marcar a cruz fora de qualquer dos quadrados respectivos e se o boletim for assim entregue



16
Se o eleitor tiver feito mais de uma cruz nos quadrados do boletim entregue, o voto será nulo



17
Se rabiscou qualquer desenho, escreveu qualquer palavra, ou fez um corte no boletim que entregou, o voto não contará, será também nulo



Viriato Camilo, Presidente da Direcção da APTA

Apoio ao Teatro Amador

O *Correio do Povo* contactou com Viriato Camilo, presidente da direcção da Associação Portuguesa do Teatro Amador, que esclareceu os objectivos desta associação, indicando igualmente a forma como devem proceder os grupos que pretendem constituir-se juridicamente. Para tal, deverão elaborar os seus próprios estatutos e apresentá-los ao Governo Civil do distrito, devendo estes ser aprovados antes de serem enviados à APTA. Depois, para obter desta o apoio financeiro, é necessário

que esses grupos se inscrevam nesta associação e paguem a respectiva quota. Para esta não há um preço estipulado; cada um pagará o que entender, consoante as suas possibilidades. Isto para os grupos que pretendam constituir-se.

Viriato Camilo observou ainda que há grupos já formados, que desconhecem a existência da APTA, e para que eles saibam que poderão eventualmente contar com o apoio financeiro desta associação, a APTA está disposta a enviar-lhes os seus estatutos e a ficha de inscrição, para que possam mais facilmente contactar com ela. Depois terão também que enviar à APTA os seus próprios estatutos e apresentar a sua inscrição, para o seguinte endere-

ço: Rua D. Estefânia, 177, 6.º, porta A Lisboa 1.

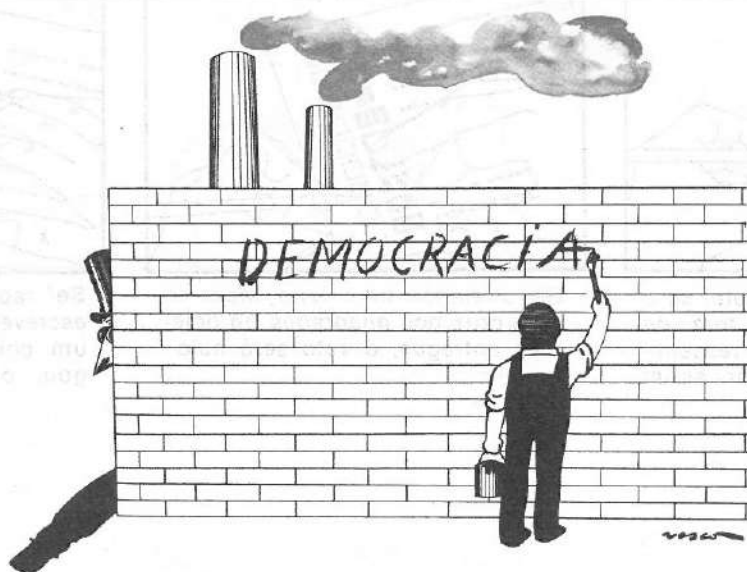
Existem, pois, estruturas de apoio ao teatro amador, e é fundamental que os diversos grupos o saibam e o solicitem, para que o teatro possa vir a ser alguma coisa viva e actuante que, ao ligar-se aos problemas das pessoas, possa igualmente contribuir para a sua solução.

O teatro amador, lutando com imensas dificuldades de sobrevivência, foi sempre um foco do espírito de combatividade e resistência, ao longo dos anos de fascismo. Por isso mesmo, antes do 25 de Abril, não havia nenhum organismo de apoio aos grupos de teatro amador, que, no entanto, lutavam por uma Associação e pela aprovação dos respectivos estatutos. O derrube do regime fascista permitiu finalmente a criação da Associação Portuguesa do Teatro Amador (APTA), que, em colaboração com o Ministério da Comunicação Social, tem aberto novas perspectivas para o desenvolvimento da actividade teatral em todo o País.

A actividade teatral sempre esteve centralizada em Lisboa; apenas alguns grupos amadores actuavam em certas cidades da província, mas raramente, porque as dificuldades que lhes punham eram muitas. Era, portanto, um teatro para uma elite urbana e endinheirada. Hoje pretende-se e é necessário que o teatro chegue a todo o povo português, e o teatro amador poderá actualmente desempenhar um papel fundamental, contribuindo para levar as populações a uma tomada de consciência dos seus problemas quotidianos que, ao serem abordados colectivamente, poderão romper de alguma forma com os caminhos individualistas que só contribuem para a alienação das pessoas.

HUMOR

VASCO



PORTUGUÊS:

O VOTO é secreto.

Ninguém poderá exigir-te que digas qual o Partido Político em que vais votar e que tu, em tua consciência, consideras como o melhor para o futuro do nosso país.

No dia das eleições deverás:

— Comparecer na Assembleia ou Secção de Voto da freguesia onde te recenseaste. Tem em atenção que só poderás votar no local que te tiver sido indicado por edital que a tua Câmara afixará 15 dias antes das eleições;

— Aguardar, em fila, que aqueles que chegaram antes de ti votem;

— Quando chegar a tua vez, identificar-te ao presidente da mesa, o qual, depois de te reconhecer, dirá o teu nome em voz alta;

— Receber deste um boletim de voto;

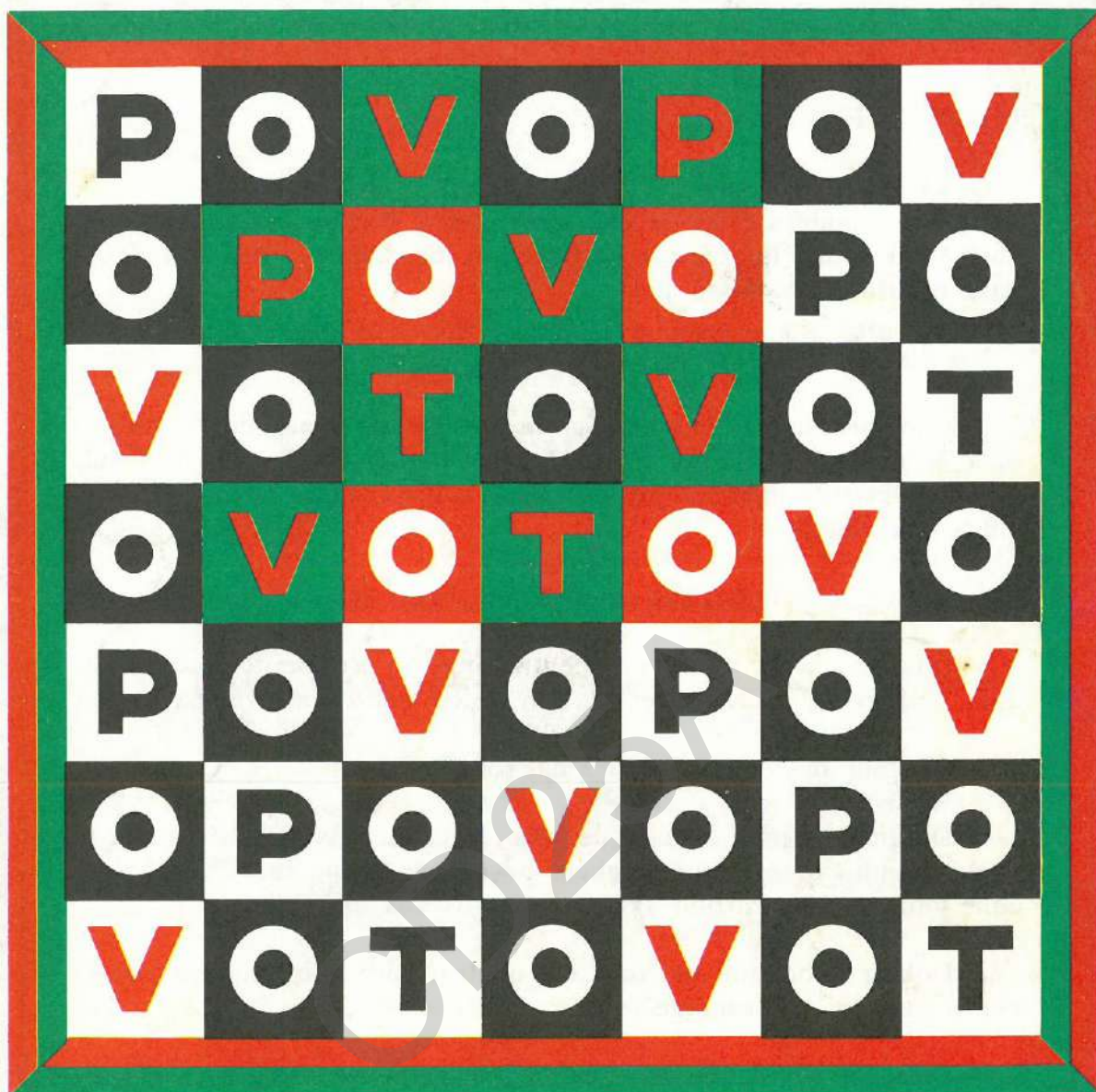
— Dirigir-te a uma câmara de voto, situada próximo da mesa, na qual, sozinho e sem que ninguém possa ver o que fazes, assinalas com uma cruz o Partido Político que tiveres escolhido;

— Dobrar o boletim de voto em quatro, para que ninguém possa ver o partido que escolheste;

— Entregar o boletim de voto ao presidente da mesa que, sem o desdobrar, o introduzirá na urna, enquanto os escrutinadores, dois dos componentes da mesa, descarregam o teu nome no caderno de recenseamento.

O teu boletim de voto, dentro da urna, mistura-se com os outros que porventura já lá estiverem e com os que se seguirem. E como no boletim não assinas, nem pões o nome, nem escreves nada que não seja a cruz à frente do Partido Político, é impossível alguém vir a saber em que partido votaste.

**VOTO
UMA ARMA
DO POVO**



**NAO FAÇAS
O JOGO DA REACÇÃO
VOTA PELA REVOLUÇÃO**

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS ■ DINAMIZAÇÃO CULTURAL • ACÇÃO CÍVICA



vespeira 87cm